



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 009

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1986

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 12ª SESSÃO, EM 13 DE MARÇO DE 1986

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

##### 1.2.2 — Requerimento

— Nº 18/86, de autoria do Sr. Senador Jorge Kalume, solicitando informações ao Poder Executivo tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 202/85. **Deferido.**

##### 1.2.3 — Discursos do Expediente

**SENADOR BENEDITO FERREIRA** — Análises sobre a forma de arrecadação e controle de ICM no âmbito interestadual, em exercícios anteriores.

**SENADOR JORGE KALUME**, como Líder — Artigo publicado no jornal *O Globo*, intitulado "O Descobrimento do Brasil".

**SENADOR JAMIL HADDAD**, como Líder — Considerações sobre a reforma econômica deflagrada pelo Governo.

**SENADOR CID SAMPAIO**, como Líder — Plano de Estabilização Econômica importado pelo Presidente José Sarney.

**SENADOR SEVERO GOMES** — Ameaças à vida humana e animal representada pela anunciada exportação de drogas pelos Estados Unidos.

##### 1.2.4 — Comunicação

— Do Sr. Senador Mauro Borges, que assumiu a liderança do PDC.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 3/86, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218/85 (nº 6.698/85, na Casa de origem), que dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 172/82, que acrescenta letra ao item II do art. 275 do Código de Processo Civil, instituindo o rito sumaríssimo para as ações constitutivas legal de aqueduto. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 226/83, que concede anistia a dirigentes sindicais punidos com base na legislação trabalhista. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 127/85, que dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis nº 3.502, de 21 de dezembro de 1958 e nº 3.164, de 1º de junho de 1957, a outros casos, que especifica, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 115/83, que restabelece direitos aos servidores militares que se encontrem e/ou passarem para a inatividade. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 81/85, que dá nova redação aos artigos 4º, item II, 5º e 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de atos e contratos de interesse da Administração Pública Federal direta e indireta e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 199/80, que assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 160/82, que restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 124/83, que faculta às empresas revendedoras de combustível ao público o pagamento à vista ou da parte por elas efetivamente comercializada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 154/84, que define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade, dando outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 206/85, que permite o uso dos créditos em fundos do Decreto-lei nº 157 para amortização de prestações do Sistema Financeiro de Habitação. **Votação adiada por falta de quorum.**

##### 1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, sob o título "Pesquisa mostra que 70% dos projetos da SUDAM faliram".

**SENADOR GASTÃO MÜLLER** — 3º Congresso Nacional de Músicos Profissionais.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Falecimento do Monsenhor Juarez Prata.

##### 1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

##### 2 — MESA DIRETORA

##### 3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

##### 4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

## Ata da 12ª Sessão, em 13 de março de 1986

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Fragelli e Martins Filho*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O Sr. 1º-Secretário** irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### PARECERES

##### PARECER

Nº 84, de 1986

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1984 (nº 39/83, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Américo de Souza

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1984 (nº 39/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Equador, celebrado em Quito, a 26 de maio de 1983.

Sala de Reuniões da Comissão, em 13 de março de 1986. — Leonir Vargas, Presidente — Américo de Souza, Relator — Jorge Kalume.

ANEXO AO PARECER Nº 84, DE 1986

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1984 (nº 39/83, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1986

Aprova o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Equador, celebrado em Quito, a 26 de maio de 1983.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Equador, celebrado em Quito, a 26 de maio de 1983.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### PARECER

Nº 85, de 1986

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1984 (nº 57/84, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Jorge Kalume

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1984 (nº 57/84, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Fez, a 10 de abril de 1984.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de março de 1986. — Leonir Vargas, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Américo de Souza.

ANEXO AO PARECER Nº 85, DE 1986

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1984 (nº 57/84, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1986

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Fez, a 10 de abril de 1984.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Fez, a 10 de abril de 1984.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos de que possam resultar revisão do Acordo, bem como aqueles que se destinem a estabelecer ajustes complementares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### PARECER

Nº 86, de 1986

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1985 (nº 89/85, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1985 (nº 89/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o

Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.

Sala de Reuniões da Comissão, em 12 de março de 1986. — Américo de Souza, Presidente, Saldanha Derzi, Relator — Jorge Kalume.

ANEXO AO PARECER Nº 86, DE 1986

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1985 (nº 89/85, na Câmara dos Deputados)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1986

Aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## PARECER

Nº 87, de 1986

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1985 (nº 75/84, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Jorge Kalume

A Comissão apresentou a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1985 (nº 75/84, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1982, no valor global de Cr\$ 420.000.000.000 (Quatrocentos e vinte bilhões de cruzeiros).

Sala de Reuniões da Comissão, em 12 de março de 1986. — Lenoir Vargas, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Américo de Souza.

ANEXO AO PARECER Nº 87, de 1986

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1985 (nº 75/84, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1986

Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1982, no valor global de Cr\$ 420.000.000.000 (quatrocentos e vinte bilhões de cruzeiros.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É homologado o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1982, no valor global de Cr\$ 420.000.000.000 (quatrocentos e vinte bilhões de cruzeiros).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

## REQUERIMENTO Nº 18, de 1986

Nos termos do art. 239, I, "b", do Regimento Interno, requeiro, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1985, sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, as seguintes informações:

a) Qual foi a arrecadação do Imposto de Renda na Amazônia Legal nos anos de 1983 e 1984, separadamente em cada Estado e Territórios Federais;

b) Qual a soma total do Imposto de Renda arrecadado pela União em 1983 e 1984, separadamente;

c) Qual o valor anual em cruzados do total de minérios sólidos extraídos no Brasil nos anos de 1983, 1984 e 1985;

d) Qual o valor total em cruzados do petróleo extraído no Brasil, tanto de terra como da plataforma continental, nos anos de 1983, 1984 e 1985, separadamente;

e) Qual o valor total de impostos arrecadados pela União sobre minérios sólidos nos anos de 1983, 1984, 1985; e

f) Qual o valor total de impostos arrecadados pela União, no mesmo período, sobre petróleo brasileiro.

Sala das Sessões, 12 de março de 1986. — Jorge Kalume.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Serão solicitadas as informações requeridas.

Há oradores inscritos:

Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Volto, Sr. Presidente, nesta oportunidade, para trazer à consideração do Senado, dados e números, que espelham o desastre da política tributária vigente no País, com ênfase ao ICM, apontando os descaminhos e fraudes nas Operações Interestaduais e suas consequências para o Brasil como um todo.

Como se sabe, Sr. Presidente, a nossa Constituição, inteligentemente para eliminar a mais que secular "guerra tributária" entre as unidades brasileiras, através da concorrência de alíquotas menores ou incentivos fiscais concedidos em desfavor das unidades menos favorecidas, reservou ao Senado Federal, mediante resoluções tomadas por iniciativa do Presidente da República, a fixação das alíquotas do ICM, tanto para operações internas como para as interestaduais (artigo 22, parágrafo 5º).

No parágrafo 6º do mencionado artigo 22, estabeleceu as normas que dariam, através de lei complementar, a origem ao COMFAZ para coordenar e disciplinar, via convênios firmados entre as Unidades e o Ministério da Fazenda, a concessão de isenções, relativas ao tributo como também traçar normas para a fiscalização e arrecadação do mesmo.

Além das resoluções do Senado e convênios celebrados no COMFAZ, para o aperfeiçoamento e, por que não dizê-lo, para a adequação do novo tributo ao nosso sistema federativo, em 15 de dezembro de 1970, através de um convênio não numerado, foi instituído o Sistema Nacional de Informações Econômico-Fiscais.

Conhecido como SINIEF, o novo instituto através dos chamados ajustes — SINIEF, que resultam dos acordos ou ajustes dos responsáveis pela arrecadação e fiscalização do ICM, foram estabelecidos, em detalhes, todos os mecanismos e exigências com vistas ao controle o mais abrangente possível sobre a circulação de mercadorias e produtos sujeitos a tributação, isto em obediência ao artigo 199 do nosso Código Tributário que diz: "A Fazenda Pública da União e a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permutas de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio".

Pois bem, tamanho o zelo e o detalhamento das medidas de controle que se chegou até a estabelecer normas

para serem observadas pelos transportadores de mercadorias sujeitas ao ICM (artigo 15).

No artigo 47 — estabelece as normas e procedimentos com as notas fiscais para as operações interestaduais e para o prometido controle centralizado, determina que a 2ª via das Notas Fiscais destinadas a outras unidades, fossem entregues, diretamente pelo emitente, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente à agência do IBGE.

No artigo 80 diz: "Os estabelecimentos inscritos como contribuintes do Imposto de Circulação de Mercadorias, excetuados os produtores agropecuários, apresentarão, mensalmente, nos prazos previstos pelas legislações estaduais, a Guia de Informação e Apuração do ICM, conforme modelo anexo".

Objetivam, como se depreende, as mencionadas guias, o fornecimento por parte do contribuinte, de informações econômico-fiscais de suas atividades ao Ministério e às Secretarias das Fazendas Estaduais.

E, finalmente, no artigo 85, trata das saídas de mercadorias para outras Unidades instituindo uma chamada "Relação de Saída de Mercadorias" para serem preenchidas, e retratarem as saídas de mercadorias para outras Unidades da Federação efetuadas no ano anterior. O que permitiria um melhor controle das operações através do confronto com os valores verificados nas guias exigidas no artigo 80.

Com o Ajuste nº 4/78, foram suspensas as obrigações da apresentação das Relações de Entradas e Saídas de Mercadorias; finalmente, pelo Ajuste nº 1/81, prorroga por prazo indeterminado, e parece-me, definitivo, a dispensa da apresentação das mencionadas Relações de Entradas e Saídas de Mercadorias.

Das análises que iremos ver, mais adiante, sobre as operações interestaduais, iremos constatar as consequências do nosso tristemente famoso "jeitinho" para ir a pouco e pouco facilitando a burla da nossa mais que sofisticada legislação.

Contudo, não há como negar, inobstante as clamorosas falhas no nosso sistema fiscal-arrecadador, alguns passos positivos podem ser assinalados.

Mas voltemos ao ICM obtido pelas unidades através das operações interestaduais, apurados através da Balança Comercial Interestadual, publicada na Revista de Finanças Públicas pela Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Nas mencionadas revistas, são divulgados os valores monetários de Entrada e Saída, obedecendo dois critérios distintos:

a) Entradas e Saídas informadas pelas próprias Unidades da Federação; e

b) Entradas e Saídas escolhidos entre os valores informados, segundo critério interno do Ministério da Fazenda.

Através de uma conciliação da Balança Comercial Interestadual de 1984, que é o mais próximo que se tem, das informações fornecidas pelas unidades da Federação, deparamos com uma brutal divergência entre o que uma Unidade A informou o que havia remetido para uma Unidade B e o que esta informou haver recebido, e vice-versa. E o grave, como veremos, tal situação, é constatada em todas as unidades.

Para uma visão ampla e melhor compreensão da verdadeira balbúrdia constatada, elaboramos o quadro nº 1 que retrata, em detalhes, a Balança Comercial de unidade para unidade e as mencionadas discrepâncias.

Em colunas próprias, como iremos ver, destacamos as diferenças encontradas, tanto na Entrada como na Saída, e que caracterizam 2 (duas) situações ou conclusões.

A coluna M.D.D. (Mercadorias Desviadas do Destino) corresponde que uma unidade informa a saída (que remeteu) 10 (dez) em mercadorias e a unidade do destino das mesmas informou que recebeu um montante inferior, 6 (seis) por exemplo, o que subentende-se que as 4 faltantes foram entregues em outro estabelecimento e/ou em outra unidade.

A coluna N.F.P.I. (Notas Fiscais de Procedência Ilegal), esta caracteriza a fraude quando uma unidade informa que remeteu 5 e a unidade de destino informou que recebeu 10, caracterizando que 5 foram registros "frios" com Notas Fiscais de Procedência Ilegal, geradoras de créditos fictícios de ICM; vejamos, pois, o mencionado quadro nº 1, aqui estão os números.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES  
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL

Quadro

ANO: 1984

UNIDADE	ENTRADAS						SAÍDAS						RESUMO GERAL					
	INFORMAÇÕES		DIFERENCIAL		% S/ DIFERENCIAL		INFORMAÇÕES		DIFERENCIAL		% DIFERENCIAL		RESULTADO GERAL		% TOTAL		% TOTAL	
	UNIDADES		M.D.D.		N.F.P.I.		UNIDADES		M.D.D.		N.F.P.I.		M.D.D.		N.F.P.I.		M.D.D.	
	DA PRÓPRIA						DA PRÓPRIA											
N	2.002.478	2.393.161	951.735	1.343.118	41,47	58,53	3.130.924	1.319.376	128.708	1.940.255	6,22	93,78	1.080.443	3.283.373	4.363.816	24,76	75,24	
AC	60.243	63.721	19.699	23.177	46,00	54,00	58.941	12.520	5.128	51.549	3,75	96,25	24.827	74.726	99.553	24,94	75,06	
AM	140.900	1.272.024	2.798	1.134.022	0,24	99,76	2.252.564	847.012	58.063	1.463.615	3,81	96,19	60.861	2.597.637	2.658.498	2,29	97,71	
PA	1.611.805	982.603	809.322	180.720	81,75	18,25	607.006	431.615	63.822	239.212	21,06	78,94	873.144	419.932	1.293.076	67,52	32,48	
RO	189.530	74.813	119.916	5.199	85,85	4,15	212.413	28.229	1.695	185.879	0,90	99,10	121.611	191.078	312.689	38,89	61,11	
NE	14.738.163	11.557.736	3.927.464	696.999	84,93	15,07	9.416.443	10.530.597	2062.732	948.648	68,50	31,50	5.987.188	1.645.657	7.632.845	78,44	21,56	
MA	943.886	668.460	335.690	60.264	84,78	15,22	336.345	307.767	62.541	91.119	40,70	59,30	398.231	151.383	549.614	72,46	27,54	
PI	548.583	344.651	213.612	9.680	95,67	4,33	195.533	191.326	28.294	32.521	46,52	53,48	241.906	42.201	284.107	85,15	14,85	
CE	1.836.360	1.596.860	443.127	153.627	74,26	25,74	849.548	1.074.951	257.810	32.477	88,81	11,19	700.957	186.104	887.061	79,02	20,98	
RN	902.446	712.637	205.711	15.882	92,84	7,16	412.663	384.351	70.669	98.981	41,65	58,35	273.380	114.863	388.243	70,42	29,58	
PB	1.018.572	639.052	401.793	22.263	94,75	5,25	461.352	382.728	71.523	150.147	32,26	67,74	473.316	172.420	645.736	73,30	26,70	
PE	3.716.482	3.772.892	275.455	331.865	45,35	54,65	2.251.001	3.353.289	1143.035	40.747	96,56	3,44	1.418.490	372.612	1.791.102	79,20	20,80	
AL	816.744	617.091	250.410	50.757	83,15	16,85	388.911	433.180	83.040	38.771	68,17	31,83	333.450	89.528	422.978	78,83	21,17	
SE	681.164	405.249	290.469	14.154	95,35	4,65	252.547	231.541	42.252	63.258	40,04	59,96	332.321	77.412	409.733	80,11	19,89	
BA	4.273.926	2.800.844	1.511.589	38.507	97,52	2,48	4.268.543	4.171.464	303.548	400.627	43,10	56,90	1.815.137	439.134	2.254.271	80,52	19,48	
GO	6.191.388	2.405.048	3.900.420	114.080	97,16	2,84	4.182.859	1.509.357	183.438	2.856.900	6,03	93,97	4.083.858	2.971.020	7.054.878	57,89	42,11	
MT	1.022.081	434.834	604.068	16.821	97,29	2,71	819.300	282.300	18.029	555.029	3,15	96,85	622.097	571.850	1.193.947	52,11	47,89	
MS	1.242.938	696.027	566.472	19.561	96,66	3,34	1.336.813	752.874	52.479	636.418	7,62	92,38	618.951	655.979	1.274.930	48,55	51,45	
DF	2.348.382	350.261	2.002.832	4.711	99,77	0,23	1.752.110	242.081	9.172	1.519.201	0,60	99,40	2.012.004	1.523.912	3.535.916	56,91	43,09	
DF	1.577.987	923.926	727.048	72.987	90,88	9,12	274.636	232.102	103.758	146.252	41,50	58,50	830.806	219.279	1.050.085	79,12	20,88	
SD	37.997.525	33.866.986	7.111.018	5.780.479	65,29	34,71	42.201.365	50.592.103	10222273	2.331.435	82,14	17,86	17.833.191	6.111.914	23.945.105	74,48	25,52	
MG	9.133.348	8.024.098	1.820.400	711.150	71,91	28,09	7.273.345	11.163.942	3951778	61.181	98,48	1,52	5.772.178	772.331	6.544.509	88,20	11,80	
ES	1.779.226	1.744.224	282.096	247.094	55,31	44,69	1.015.790	1.124.406	179.542	70.732	71,72	28,28	461.438	317.826	779.264	59,22	40,78	
RJ							8.471.811	8.200.757	326.736	597.790	35,34	64,66	326.736	597.790	924.526	35,34	64,66	
SP	27.084.951	24.098.664	5.008.522	2.822.235	63,96	36,04	25.440.419	30.103.004	6264.317	1.601.732	79,64	20,36	11.272.839	4.423.967	15.696.806	71,82	28,18	
SUL	20.352.014	21.700.763	971.520	2.320.164	29,51	70,49	13.438.516	19.781.113	6124.531	181.933	97,12	2,88	7.096.051	2.502.097	9.598.148	73,93	26,07	
PR	7.068.817	8.521.707	38.618	1.491.408	2,52	97,48	5.034.490	8.146.051	3123.334	11.773	99,63	0,37	3.161.952	1.503.181	4.665.133	67,78	32,22	
SC	5.190.866	4.512.584	838.138	159.856	83,99	16,01	3.996.388	4.807.360	958.160	147.188	66,68	33,32	1.796.298	307.044	2.103.342	83,40	14,60	
RS	8.092.331	8.666.467	94.764	668.000	12,41	87,59	4.807.638	6.827.703	1043.037	22.972	98,89	1,11	2.137.801	691.872	2.829.673	75,55	24,45	
GERAL	81.281.568	71.923.694	16.862.157	8.254.840	67,14	32,86	72.370.107	83.732.546	19211582	8.259.171	69,95	30,05	36.080.731	16.514.061	52.594.792	68,60	31,40	

Tomando-se os números adotados pelo Ministério da Fazenda como os mais próximos da realidade, que são os maiores valores entre os informados pelas Secretarias das Fazendas estaduais, como entradas e saídas das operações tributadas interestaduais, teremos uma amostragem a "quanto andamos" neste País, em termos de anarquia tributária, senão vejamos, em 1984, pela ordem que segue: (vide anexo Balanço Comercial Interestadual)

1 — Estado do Acre, somando-se os valores das entradas ao das saídas, temos uma operação interestadual no montante de Cr\$ 122.662 milhões, cotejados os valores das operações entre as respectivas unidades constatamos que: Cr\$ 24.827 milhões correspondem a notas fiscais endereçadas ao Acre, mas não foram registradas, identificadas no quadro nº 1 pelas iniciais M.D.D. (Mercadorias Desviadas do Destino) e sobre o mesmo montante, identifica-se Cr\$ 74.726 milhões de notas fiscais de procedência ilegal, constantes no quadro sob as iniciais (N.F.P.I.), é evidente que o montante real das operações interestaduais foi maior do que o considerado pelo Ministério da Fazenda, contudo, somados os valores de operações irregulares, teremos Cr\$ 99.553 milhões, ou sejam, cerca de 81% de fraudes sobre os valores somados das entradas e saídas do Estado do Acre.

2 — O Estado do Amazonas, registrando um movimento de Cr\$ 3.524.588 milhões abrangendo entradas e saídas do Estado para outras unidades no seu comércio interestadual com mercadorias tributadas pelo ICM, constatamos Cr\$ 60.861 milhões de mercadorias desviadas do destino e Cr\$ 2.597.637 milhões de valores registrados como originários do Amazonas acobertados por notas fiscais de procedência ilegal, o que equivale a 75% de fraudes.

No caso do Amazonas, em particular, comporta uma reflexão mais aprofundada, não só porque lá existe, além do controle da Fazenda Estadual, também, pelo menos teoricamente, um rígido controle pelas autoridades da

SUFRAMA, em virtude de lei e convênios com o Ministério da Fazenda.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, gostaria que V. Exª, por gentileza, informasse a fonte das informações sobre fraudes que V. Exª está mencionando no seu importante discurso.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador Fábio Lucena, eu mencionei a fonte logo no preâmbulo do meu discurso, mas vou repeti-la porque V. Exª, obviamente, talvez por deficiência da minha dilação, não tenha compreendido.

O Sr. Fábio Lucena — Não, Exª, em absoluto.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas, a verdade é que a Revista de Finanças Públicas, publicada pela Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda...

O Sr. Fábio Lucena — Talvez a publicação dessa revista seja mensal.

O SR. BENEDITO FERREIRA — O que ocorre é que esses dados são publicados com muito atraso, tanto que me estou reportando ao balanço comercial, interestadual, de 1984. Esses dados são recebidos, remetidos ao SERPRO, e há uma delonga burocrática, e mesmo técnica, para o cruzamento dessas informações. Tanto é que V. Exª, pegando a revista, vai verificar que são publicados em duas colunas. Uma delas é aquela informada pelas unidades da Federação e dali são eleitos os maiores valores, e esse é o critério adotado pela Secretaria de

Economia e Finanças. Quando o valor das entradas de uma unidade é menor do que as saídas registradas na unidade compradora, adota-se como válidos, aqueles números. Não sei explicar as razões técnicas que justificam esse procedimento. Mas essa discrepância é fornecida pelos técnicos do Ministério da Fazenda, porque eles adotam como válido o maior valor informado pela unidade, seja ela compradora ou vendedora. Então, é o que V. Exª vai constatar na Revista de Finanças Públicas.

O Sr. Fábio Lucena — Exatamente para poder ajudar V. Exª com os meus modestos préstimos, evidentemente, é que eu gostaria do mês e ano em que foi publicada essa revista, o número dessa revista, para poder transmitir essa grave informação de V. Exª ao Governo do meu Estado. Porque isso compromete de fato a Zona Franca de Manaus, já que V. Exª fala em fraude, e nós não vamos advogar fraude de nenhuma espécie, nem no Estado do Amazonas, nem na Zona Franca de Manaus, nas suas transações comerciais. É com esse objetivo que eu gostaria que V. Exª me fornecesse o mês e o ano da publicação dessa revista.

O SR. BENEDITO FERREIRA.) — A revista, nobre Senador Fábio Lucena, não é mensal, é trimestral. Eu estou em dúvida se é de outubro, novembro e dezembro de 1985. Porque, na realidade, eu não posso afirmar com muita segurança a V. Exª Mas o que eu posso adiantar é que ela é trimestral, não é mensal. Até mesmo porque tratando-se de uma revista eminentemente técnica, talvez ficasse muito caro, ou por outra razão qualquer, mas o certo é que esses dados da balança comercial são publicados normalmente com dois anos de atraso. Daí por que os dados naquele trabalho que eu elaborei e encaminhei aos gabinetes dos Srs. Senadores ao término da legislatura passada, o que nós chamamos de Proposição 85, nós tínhamos que trabalhar com dados de 83 sobre a balança comercial interestadual.

**O Sr. Fábio Lucena** — Eu lhe agradeço e continuarei ouvindo com atenção o seu pronunciamento.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Eu agradeceria, até porque sei que V. Ex.<sup>a</sup>, como Senador zeloso e sabendo da responsabilidade que pesa sobre seus ombros, como Senador, vez que é competência exclusiva do Senado Federal legislar sobre o ICM, e amoldá-lo, não só em termos de alíquotas, mas até de adequar a sua fiscalização, e sendo V. Ex.<sup>a</sup> representante de um Estado aqui enfocado, como de resto todas as unidades da Federação o estão. Porque, desgrazadamente, Senador Fábio Lucena, essa mazela, essa fraude grosseira que vem ocorrendo no Brasil não é recorte, porque veja V. Ex.<sup>a</sup> que me estou reportando a números de 1984. Mas a verdade é que ela tem sido lesiva, evidentemente, muito mais aos Estados de economia mais fraca. Porque, na medida em que os Estados poderosos podem, com a sistemática tributária que aí está, com as alíquotas em vigor para as operações interestaduais, como tentarei demonstrar no curso da minha fala, podem esses Estados mais poderosos se permitir ao luxo de serem liberais na arrecadação dos seus tributos, tal é a monta dos tributos que obtêm e, mais ainda, podendo eles transformar um cidadão acreano contribuinte do seu Tesouro — porque sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, pelo sistema atual, o fato gerador é a circulação de mercadoria, vale dizer, a saída da mercadoria do estabelecimento produtor. Em consequência, o Estado, a unidade compradora, a ela só resta cobrar o diferencial de alíquotas e mais o percentual sobre o valor agregado da comercialização. Daí por que o desinteresse, e vou demonstrar, repito, exaustivamente, o desprezo e o desinteresse das unidades poderosas pela fiscalização e pelo controle do ICM. Eu daria, por exemplo, aqui, sem nenhuma provocação ao Senador Jamil Haddad, o exemplo do Estado do Rio de Janeiro que, em 1984, simplesmente não informou ao Ministério da Fazenda as saídas realizadas daquele Estado. E V. Ex.<sup>a</sup>, como sabe o Senador Jamil Haddad, que o Estado do Rio de Janeiro, hoje, tem um peso específico, significativo na economia brasileira. Foi o segundo maior arrecadador de ICM nesse ano que nós estamos examinando, o ano de 1984. Não obstante isso, o Rio de Janeiro simplesmente se permitiu o luxo de unicamente ele, dentre todas as unidades obrigadas a remeter essas informações ao Ministério da Fazenda, simplesmente não informar. Daí por que deixo de trazer no bojo deste pronunciamento, mas trago, inclusive, a xerox da Balança Comercial, que é um anexo a este nosso pronunciamento, que permitirá a V. Ex.<sup>a</sup> um exame mais acurado da questão, para demonstrar que o Estado do Rio de Janeiro não pode ser examinado sob este aspecto porque ele simplesmente se negou a remeter informações ao Ministério da Fazenda.

**O Sr. Jamil Haddad** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Jamil Haddad** — V. Ex.<sup>a</sup> invocou o Estado do Rio de Janeiro e eu quero, neste momento, me solidarizar com V. Ex.<sup>a</sup> quando declara que o Estado do Rio de Janeiro não deu os dados necessários, para que pudesse haver uma análise incluindo aquele Estado. Nós sabemos que caberia à Secretaria de Fazenda do Estado remeter esses dados para que constassem desse documento, que serviu de base ao seu pronunciamento. Sabemos também da maneira como procede o Governador daquele Estado. Qualquer Secretário não tem, na realidade, autonomia para qualquer decisão, sem que antes tenha o aprova do Sr. Governador. Provavelmente, este dado não foi dado por imposição do Sr. Governador de Estado, e até quando eu soube desse seu pronunciamento, havia até me oferecido para tentar, junto ao Sr. Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, esses dados como um subsídio a mais neste pronunciamento, que V. Ex.<sup>a</sup> faz neste momento. O discurso de V. Ex.<sup>a</sup> me dá luzes, sou novo nesta Casa e já senti que muito tenho a aprender com os nobres pares nesta Casa, porque a minha ótica é a do Estado do Rio de Janeiro. Tendo sido eu Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, a impressão que eu tinha era, na realidade, diferente da que V. Ex.<sup>a</sup> expõe relacionada com os municípios de outros Estados. Como Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ex-Estado da Guanabara, o segundo Estado arrecadador de ICM no País, naquela época, vimos a Cidade do Rio de Janeiro se trans-

formar em município para viver de ISS e IPTU e uma parcela dos 20% a serem distribuídos aos municípios, na qual a Cidade do Rio de Janeiro ficava com 66,4% com as dificuldades para poder administrar uma cidade do porte da Cidade do Rio de Janeiro, com cerca de 2,5 milhões de favelados, apenas às custas desse tributo e impostos.

Numa conversa preliminar que tivemos fora do plenário, V. Ex.<sup>a</sup> já havia me adiantado os tópicos do seu discurso e fiquei vivamente impressionado com o que ocorre nos municípios do interior do nosso País, razão pela qual estou atento a sua fala e tenho certeza que tirei dela muitos subsídios.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Agradeço a generosidade do seu aparte, mas sabe V. Ex.<sup>a</sup>, como sabe a Casa, que nós é que realmente temos muito a aprender com V. Ex.<sup>a</sup>, porque um homem experimentado, um homem prático e que, além da sua experiência de legislador, traz, também, a experiência de um Executivo espinhoso, um Executivo realmente difícil, que é a prefeitura da segunda maior cidade do País, mas que reúne, no seu bojo, problemas gigantescos, como esse que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de aludir, em que 50% da população seria favelada.

Mas sabe V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Jamil Haddad, como sabe a Casa, que somos perfeccionistas. O nosso preciosismo jurídico nos levou a criar uma ordem e um sistema tributário que poder-se-ia dizer perfeito. Mas, no afã e na pressa de corrigir distorções, esse nosso preciosismo faz com que legulemos sem aquela atenção que o Brasil real está a reclamar do nosso Direito Positivo.

No caso, por exemplo, do ICM, eu alargo espaço, mas V. Ex.<sup>a</sup> poderão constatar no bojo da leitura no *Diário do Congresso*, dada a exiguidade do tempo que, V. Ex.<sup>a</sup> sabe, é concedido a cada um de nós para uso da tribuna, V. Ex.<sup>a</sup> poderá, como eu disse, copiar e verificar como realmente foram detalhados os meios e os modos para aperfeiçoar e adequar o ICM, no curso dos tempos, à realidade brasileira.

Depois desse esforço, hoje de 19 anos, nós constatamos que aquelas mesmas iniquidades, aquelas mesmas preocupações que afligiam o legislador, o constituinte, o tributarista de 67, ainda permanecem senão agravadas ou atenuadas em alguns aspectos, mas, na realidade, produzindo efeitos tão ou até mais danosos do que aqueles que verificávamos à época do antigo Imposto de Vendas e Consignações — o IVC — porque vamos dando um jeitinho, aos poucos o maldito jeitinho brasileiro — e eu já hoje, após a experiência que venho adquirindo com o decorrer dos anos — esse maldito jeitinho já fez com que esse tributo que, na realidade, foi, em princípio, a redução dos Estados menos favorecidos e, de modo especial, dos Municípios, já é hoje um instrumento de estrangulamento que impede, absolutamente, a interiorização do progresso e do desenvolvimento às regiões menos favorecidas do Brasil.

Pediria a atenção dos Srs. Senhores para os valores, para a correlação entre os números publicados como entradas e saídas e os valores detectados e apontados por nós, facilmente comprováveis porque trago fotocópias da Balança Comercial, que é um anexo deste meu pronunciamento, para que V. Ex.<sup>a</sup>s, debruçando-se sobre esses números, possam talvez enxergar outros aspectos da questão com mais propriedade do que eu, lamentavelmente, consegui fazê-lo.

Por outro lado sabemos todos que, as entradas e saídas de mercadorias no Amazonas, na sua quase totalidade, se realizam pelo porto fluvial, aeroporto e ainda uma pequena parcela pela única rodovia.

No entanto conforme se vê na análise das operações do Amazonas com as demais unidades, o próprio acusa que recebeu das outras unidades Cr\$ 1.272.024 milhões de produtos sujeitos a tributação, enquanto as outras unidades informaram que só lhes remeteu Cr\$ 140.900 milhões, vale dizer, 89% das entradas podem ser atribuídas a notas fiscais ilegais, para gerarem créditos falsos de ICM.

Quanto às saídas (vendas do Amazonas para outras unidades), à os valores registrados pelo próprio atingem Cr\$ 847.012 milhões, enquanto as outras unidades comunicaram ao Ministério da Fazenda que receberam notas fiscais emitidas pelo Amazonas no valor de Cr\$ 2.252.564 milhões. Temos então que, Cr\$ 1.463.615 milhões de notas fiscais foram "fabricadas" para gerarem créditos falsos de ICM e destes cerca de 94% ou sejam

Cr\$ 1.377.104 milhões foram verificados entre os valores acusados como recebidos por São Paulo e os indicados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas.

Seria o caso de indagar-se, sendo procedentes tais valores em notas fiscais, originárias da Zona Franca, objetivavam somente a sonegação do ICM ou buscavam acobertar mercadorias estrangeiras inclusive de outras fontes?

Mas o certo é que somados os maiores valores informados pelas unidades, e os que mais se aproximariam da real Balança Comercial tributada, as entradas e saídas do Amazonas em 1984, como foi mencionado, somente 25% dos valores globais das operações foram realizados legalmente.

Finalmente, o que chama mais atenção sobre a Balança Comercial do Amazonas é o insignificante número de notas e valores de mercadorias desviadas dos destinos, 0,24% nas entradas e 3,8% nas saídas, ficando a quase totalidade das fraudes, nos dois (2) sentidos, por conta das Notas Fiscais de Procedência/Ilegal (N.F.P.I.).

3 — Estado do Pará — A soma das operações, entradas e saídas atingem Cr\$ 2.218.811 milhões e as irregularidades montam em Cr\$ 1.293.076 milhões, e, como se verá, a exemplo do restante do País, a fraude pontifica no desvio de mercadorias (M.D.D.) puro e simples, ou ainda, notas que efetivamente acompanharam as mercadorias até o estabelecimento comprador e, após, foram destruídas, e no caso, contando com a conivência da fiscalização da fronteira estadual. Tanto é que, no confronto das informações sobre entradas, constata-se Cr\$ 809.322 milhões de mercadorias desviadas e Cr\$ 180.720 milhões de N.F.P.I., enquanto na informação de saídas do Pará, as mercadorias desviadas do destino só atingem Cr\$ 60.822 milhões e as notas fiscais de procedência ilegal montam Cr\$ 239.212 milhões, correspondendo assim as (2) duas irregularidades à 58,3% sobre o total da Balança Comercial paraense.

4 — Estado de Rondônia — Talvez por ser uma unidade de pouco trânsito para outros Estados, uma espécie de "fim de linha", o grosso das fraudes nas entradas é praticado no (M.D.D.) isto é, faturam para Rondônia e descarregam as mercadorias numa outra unidade da rota, e tanto é que, enquanto o desvio da mercadoria foi de Cr\$ 119.916 milhões as (N.F.P.I.) só atingiram Cr\$ 5.199 milhões.

Já no exame das saídas a situação se inverte totalmente, isto é, o desvio de mercadorias (M.D.D.) somam Cr\$ 1.695 milhões, enquanto as (N.F.P.I.) atribuídas a Rondônia atingem Cr\$ 185.879 milhões.

Como se vê, na Região Norte, para as (4) quatro unidades aqui encaminhadas, atribuindo-se um valor de 100 para as fraudes nas operações interestaduais, verificamos 75,24% em N.F.P.I. Notas Fiscais de Procedência Ilegal e 24,76% no M.D.D. Mercadorias Desviadas do Destino.

Quanto aos montantes absolutos, considerados como reais os maiores valores informados ao Ministério da Fazenda tivemos, para uma balança comercial de Cr\$ 5.133.402 milhões, irregularidades ou fraudes extraídas dos valores declarados que atingiram Cr\$ 4.363.816 milhões.

5 — Nordeste — Excetuando o Estado de Pernambuco, onde nas entradas as N.F.P.I. correspondem a 54,65% do total das fraudes e em consequência o M.D.D. atinge 45,35%, em todas as demais unidades que compõem a região, a sonegação é praticada em 84,93% com mercadorias desviadas do destino, são descarregadas em outras unidades por onde transitam, ficando, assim, 15,07% em função das Notas Fiscais de Procedência Ilegal.

Repetindo-se tal situação, em geral, um pouco diferente nas operações de saídas, onde, os M.D.D. somam 16,05 e as N.F.P.I. são responsáveis por 31,50% pela sonegação dos tributos.

Em resumo, na Região Nordeste, no global das operações de entradas e saídas, que somou Cr\$ 25.268.760 milhões, constatamos Cr\$ 5.987.188 milhões de M.D.D. e Cr\$ 1.645.657 milhões em N.F.P.I., correspondendo as duas fraudes a 30,2% sobre o total da balança comercial tributada interestadual.

Por serem os (2) dois grandes empórios do Nordeste e globalizarem isoladamente 54,2% do total das operações interestaduais da região e, conseqüentemente, apontarem as maiores irregularidades, vejamos a Bahia e Pernambuco como se têm comportado em matéria de controle do ICM.



6 — Informando a entrada de Cr\$ 2.800.844 milhões, enquanto as outras unidades acusam a remessa de Cr\$ 4.273.926 milhões, constatamos que Cr\$ 1.511.589 milhões correspondem a M.D.D. e ainda que Cr\$ 38.507 tiveram suas origens em N.F.P.I., significando no final que 35% das notas fiscais destinadas a Bahia, acompanhando mercadorias ali, não foram registradas.

Quanto às saídas de mercadorias da Bahia, embora os mesmos valores informados pela própria sejam bem próximos ao acusado como recebido pelas outras unidades, a Bahia informando que saiu Cr\$ 4.268.543 milhões e a soma algébrica do informado como entradas ou recebidas pelas demais unidades sendo de Cr\$ 4.171.464 milhões, mesmo assim, após um mais acurado confronto das parcelas, unidade por unidade, depreende-se que:

a) Cr\$ 303.548 milhões não foram registrados nas unidades a que estavam destinadas, e

b) Cr\$ 400.627 milhões de registros nas unidades compradoras da Bahia tiveram origens nas N.F.P.I. (Notas Fiscais de Procedência Ilegal).

7 — Pernambuco — Informando a entrada de Cr\$ 3.772.892 milhões, enquanto as outras unidades só informam Cr\$ 3.716.482 milhões como saídas para o próprio, o que equivale a um registro, a maior no montante de Cr\$ 56.410 milhões.

Contudo no cotejo mais aprofundado das parcelas informadas ao Ministério da Fazenda percebe-se que Cr\$ 331.865 milhões dos valores registrados como entradas tiveram origens em N.F.P.I. e ainda que do montante de mercadorias destinadas a Pernambuco pelas outras unidades, Cr\$ 275.455 milhões, ali não chegaram e, se foram recebidas, não foram registradas pelos compradores.

Nos valores das saídas de Pernambuco para as outras unidades informa o próprio que atingiram Cr\$ 3.353.289 milhões, enquanto os registros dos compradores informaram, Cr\$ 2.251.001 milhões, isto é, registraram menos em relação ao global, Cr\$ 1.102.288 milhões.

Da análise entre as parcelas informadas conclui-se que:

1 — Cr\$ 40.747 milhões dos registros efetivados tiveram as suas origens em N.F.P.I., e

2 — Cr\$ 1.143.035 milhões não chegaram ao destino ou, simplesmente, não foram registrados pelos compradores.

8 — Centro-Oeste — Nesta Região por ser central e consequentemente caminho para trânsito de mercadorias destinadas a todas as demais unidades da Federação, se prestam como estuário natural das fraudes através do M.D.D. (descarga de mercadorias endereçadas a outros Estados), significando 97,16% sobre o total das entradas e os restantes 2,84% em função das N.F.P.I.

Quanto às operações de saídas, com exceção do DF, creio, estejam prejudicados por falta de informações sobre produtos agropecuários, os quais, embora representando o "grosso" das saídas do Centro-Oeste, por uma liberalidade inexplicável do Ministério da Fazenda, foram excluídos do controle na Balança do Comércio Interestadual.

E o absurdo maior reside exatamente neste aspecto, visto que é sobre os produtos agropecuários que os Estados exercem o total controle, através das notas fiscais de trânsito, que são emitidas exclusivamente pelas coletoras ou agências.

De qualquer forma, mesmo acusando os maiores índices de crescimento de arrecadação do ICM em relação ao restante do País, e tomando-se somente as fraudes apuradas nas entradas de mercadorias nas unidades do Centro-Oeste, vamos encontrar uma verdadeira calamidade tributária.

Isto porque, enquanto as outras unidades informam que remeteram Cr\$ 6.191.081 milhões, as próprias só constatarem o registro de Cr\$ 2.405.048 milhões, e, da análise da balança remessas e recebimentos, constatamos Cr\$ 114.080 milhões de N.F.P.I. e Cr\$ 3.900.420 milhões de mercadorias desviadas do destino, correspondendo as duas fraudes a 64,8% sobre o total das mercadorias destinadas pelas outras unidades ao Centro-Oeste.

Por acréscimo, e como já assinalado, o Centro-Oeste e, particularmente, Goiás e DF, tem sido por certo, os grandes "empórios" dos desvios das mercadorias destinadas às outras unidades, em razão das suas situações geográficas.

9 — Paraná — A exemplo do Amazonas, é onde se verificam nas irregularidades das entradas um índice de

97,38% de N.F.P.I. e 2,52% de M.D.D., correspondendo, assim, um valor de Cr\$ 1.491.408 milhões, de notas fiscais registradas acima do volume informado pelas outras unidades e ainda Cr\$ 38.618 milhões de M.D.D.

Quanto às saídas registradas pelo Paraná e o montante informado como recebido pelas outras unidades, pontifica o mesmo, mais uma vez, nos índices das fraudes, ou sejam, 99,63% das irregularidades correspondem a M.D.D. e 0,37% a N.F.P.I.

Significando assim que, enquanto o Paraná forneceu créditos de ICM ao comércio e indústria dos outros Estados sobre Cr\$ 8.146.051 milhões destes, somente foram registrados pelos compradores o equivalente a Cr\$ 5.034.490 milhões, vale dizer, ou as mercadorias chegando ao destino tiveram as suas notas rasgadas e jogadas fora, ou, simplesmente, foram desviadas para outras unidades da Federação.

10 — Santa Catarina — Nas entradas registradas, como se trata de uma unidade de trânsito e não fugindo à regra nacional, sobre o montante informado como remetido pelas outras unidades, constatamos um desvio de mercadorias (M.D.D.) no valor de Cr\$ 838.138 milhões e Cr\$ 159.856 milhões em N.F.P.I.

Quanto às saídas, também observa-se o mesmo processo de irregularidades dos Cr\$ 4.807.360 milhões informados pelo próprio, Cr\$ 958.160 milhões correspondem a M.D.D. ou então os compradores ficaram com as mercadorias e se desfizem das notas fiscais; foram apurados, também, Cr\$ 147.188 milhões de notas fiscais de procedência ilegal como se emitidas por SC.

11 — Rio Grande do Sul — Embora em escala menor, repete-se nas entradas de mercadorias, a situação verificada no Paraná e Amazonas, com um registro de Cr\$ 8.666.467 milhões, enquanto as outras unidades só informaram Cr\$ 8.092.331 milhões, o que denuncia Cr\$ 668.800 milhões de N.F.P.I., gerando créditos fictícios de ICM e ainda um desvio de mercadorias no valor de Cr\$ 94.764 milhões.

Na saída de mercadorias, informa o Rio Grande do Sul que efetivou o montante de Cr\$ 6.827.703 milhões, enquanto as unidades compradoras só informaram o registro de Cr\$ 4.807.638 milhões, significando que Cr\$ 2.043.037 milhões corresponde a M.D.D. (Mercadorias Desviadas do Destino) e ainda que Cr\$ 22.972 das efetivamente registradas tiveram suas origens em N.F.P.I. (Notas Fiscais de Procedência Ilegal).

12 — Minas Gerais — Com as informações de saídas das outras unidades, de Cr\$ 9.133.348 milhões, Minas só informa o registro de Cr\$ 8.024.098 milhões, e destes valores, cotejando-se as parcelas informadas ao Ministério da Fazenda, conclui-se que:

a) Cr\$ 1.820.400 milhões em mercadorias foram desviados e consequentemente não registrados pelos compradores, e

b) Cr\$ 711.150 milhões do montante registrado tiveram suas origens em N.F.P.I.

Nas operações de saída para outras unidades, Minas informa que vendeu Cr\$ 11.163.942 milhões, enquanto as unidades destinatárias só registraram Cr\$ 7.273.345 milhões, ou seja, uma diferença de Cr\$ 3.890.597 milhões. Comparando-se as parcelas informadas pelas duas partes constata-se que Cr\$ 3.951.778 milhões de mercadorias foram desviados ou, simplesmente, não foram registrados pelos compradores e, por outro lado, sobre os valores registrados pelos compradores, Cr\$ 61.181 milhões são originários de N.F.P.I. (Notas Fiscais de Procedência Ilegal).

13 — Espírito Santo — Informando uma entrada de Cr\$ 1.744.224 milhões, enquanto as outras saídas das outras unidades informam Cr\$ 1.779.226 milhões, o que indica uma divergência somente de Cr\$ 35.002 milhões.

No entanto, ao cotejar-se as parcelas de saídas e entradas, vamos encontrar divergências que indicam um desvio de mercadorias no montante de Cr\$ 282.096 milhões e um registro de notas fiscais de procedência ilegal que atinge Cr\$ 247.094 milhões.

No movimento de saídas, informa o Espírito Santo que o mesmo atingiu Cr\$ 1.124.406 milhões, enquanto as unidades compradoras informaram que só receberam Cr\$ 1.015.790 milhões.

Na comparação das parcelas informadas, conclui-se que as saídas do Espírito Santo resultaram no desvio de Cr\$ 179.342 milhões de mercadorias e um registro de Cr\$ 70.732 milhões de notas fiscais de procedência ilegal.

14 — São Paulo — Informam as outras unidades que deram saídas para São Paulo no valor de Cr\$ 27.084.951, milhões enquanto o mesmo informa que só registrou Cr\$ 24.098.664 milhões, ou seja, um registro menor em Cr\$ 2.986.287 milhões.

Do cotejo das parcelas informadas ao Ministério da Fazenda, constatamos que houve um desvio de mercadorias, ou que não foram registrados pelos destinatários, no valor de Cr\$ 5.008.552 milhões e no montante que foi dado entrada, verificamos Cr\$ 2.822.235 milhões com notas fiscais de procedência ilegal.

As saídas informadas por São Paulo, como remessa para outras unidades, encontramos Cr\$ 30.103.004 milhões, e os valores informados como registrados nas unidades compradoras atingem somente Cr\$ 25.440.419 milhões, resultando numa diferença inicial de Cr\$ 4.662.585 milhões.

Fazendo-se a comparação das informações, os valores remetidos e recebidos entre as unidades, constatamos que Cr\$ 6.264.317 milhões não constam dos registros de mercadorias nas unidades compradoras e ainda nos registros efetivados comparece Cr\$ 1.601.732 milhões de notas fiscais que têm por origens em N.F.P.I. (Notas Fiscais de Procedência Ilegal).

Mesmo considerando-se o absurdo da não inclusão dos produtos agropecuários no controle do ICM e não inclusão do Estado do Rio de Janeiro, que pura e simplesmente não informou as suas operações de saídas de mercadorias ao Ministério da Fazenda, o qual obteve em 1985 a segunda maior receita de ICM do País, contudo, considerados os montantes de entradas e saídas selecionadas pelo Ministério da Fazenda, tivemos em 1984:

— Entradas de mercadorias informadas pelas unidades compradoras: Cr\$ 81.281.568 milhões;

— Saídas de mercadorias informadas pelas unidades vendedoras: Cr\$ 83.732.546 milhões;

— Total da Balança Comercial Interestadual tributada: Cr\$ 165.014.114 milhões.

Irregularidades presumidas na Balança Comercial de 1984, ante os desencontros dos valores informados pelas respectivas unidades compradoras e vendedoras:

1. Mercadorias desviadas do destino: Cr\$ 36.080.731 milhões.

2. Operações realizadas com notas fiscais de procedência ilegal: Cr\$ 16.914.061 milhões.

Total geral das irregularidades: Cr\$ 52.504.792 milhões, equivalendo as irregularidades a 31,8% sobre o total das operações interestaduais.

Ora, Sr. Presidente, mesmo os menos familiarizados com o sistema tributário-fiscal, hão de indagar, se no comércio interestadual, sujeito às chamadas "barreiras" ou postos fiscais de fronteira, onde abrem até portas-malas de auto de passeio, a corrupção fiscal atinge tais níveis, imaginemos o que vem ocorrendo com o comércio interno nas unidades?

Mas a realidade, Sr. Presidente, é que, com as alíquotas vigentes para o comércio interestadual, através das quais o pobre financia o rico, ou seja, o cidadão, o trabalhador rural do longínquo Estado do Acre, embora dependente e oneroso ao erário acreano, no sistema atual, ele é, de fato, um contribuinte do Tesouro paulista.

Embora com as ressalvas retro mencionadas, de que os valores publicados como balança comercial interestadual não abrangem os produtos agropecuários vendidos in natura, o que inegavelmente é bastante significativo em termos de valores, pode o Senado corrigir as anomalias e injustiças contidas no ICM atual. No trabalho que tive a honra de encaminhar, pouco antes do recesso, aos gabinetes de todos os colegas, sob o título de "Proposição/85 — Adequação do ICM à realidade do sistema federativo", creio ter demonstrado ali uma alternativa, as iniquidades que o ICM tem significado aos estados menos favorecidos.

E, para reforçar os argumentos e elementos de provas contidos na referida Proposição/85, trago aqui, atualizada, a série histórica das arrecadações totais do ICM por todas as unidades da Federação, aqui estão os valores arrecadados ano a ano e a evolução das respectivas receitas.

Vejam o esforço fiscal, para não dizer o sacrifício tributário a que estão sujeitos os empresários e consumidores das unidades mais pobres. E o grave, o pior é que os governos destes estados mal arrecadam para o puro e simples custeio da máquina administrativa, pouco ou

nada lhes restando para obras de infra-estrutura ou simples assistência médico-escolar como forma de retorno aos seus contribuintes.

É o secular problema tem que apertar o cerco fiscal porque os muitos pouco podem pagar e estes poucos para sobreviverem desertam, migram com os seus investimentos para as grandes unidades, onde os governantes sempre puderam ser "liberais" com os contribuintes, pois, além da concentração de todos os sacrifícios do interior brasileiro, contam com o Poder Político para pres-

sionar o Governo federal, e dele obter, quando não os recursos, pelo menos o aval do Tesouro Nacional para buscá-los no exterior.

Mas vejamos o quadro nº 2, que retrata a partir de 1967 até 1985 a evolução das receitas de ICM de todas as unidades da Federação.

Aqui estão pela ordem os ocupantes dos 10 melhores índices de crescimento de receita: Espírito Santo, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Goiás, Pará, Sergipe, Alagoas, Mato Grosso e Piauí.

Enquanto os mais poderosos ou "liberais" para com os seus contribuintes internos assim se classificaram no crescimento de receitas desde a implantação do ICM em 1967. Minas Gerais 11º, Paraná 12º, Rio Grande do Sul 15º, e, finalmente disputando os últimos lugares, temos São Paulo no 20º e o Rio de Janeiro no 21º lugar, valendo ressaltar que, conforme nos mostra o quadro nº 2, o Acre, Mato Grosso do Sul e Rondônia, não foram incluídos na série classificatória por falta de informações completas.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO ICM - VALORES NOMINAIS  
1967 / 1985

ESTADOS	ICM		ICM ANUALIZADO																	EM C\$ MILHÕES			
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Var. 1967/85	CLASSIF.	
REGIÃO NORTE																							
Acre				4	4	6	19	33	18	25	36	61	92	148	300	667	1.543	2.774	8.578	31.734	-		
Amazonas	17	16	26	43	59	74	105	153	204	332	479	741	1.171	2.015	4.081	8.672	18.869	44.679	169.789	694.265	1.338.066	27	
Pará	28	25	45	63	77	96	117	150	195	309	500	815	1.190	1.915	4.154	9.315	18.914	44.702	161.629	633.911	2.535.544	69	
Roraima																							
Amapá																							
Roraima																							
REGIÃO NOROESTE																							
Maranhão	14	22	36	54	69	95	113	159	266	308	459	592	819	1.463	3.824	5.809	12.775	27.125	95.372	395.110	1.795.891	139	
Piauí		12	15	22	22	31	45	79	117	155	244	367	546	1.003	2.072	4.308	8.799	18.955	67.690	254.653	2.134.691	304	
Goiás	39	58	82	104	113	146	198	283	472	570	918	1.400	2.248	3.562	7.956	16.307	35.876	78.785	275.084	1.028.283	1.772.062	149	
Rio Grande do Norte	16	22	21	35	35	47	57	94	158	228	363	594	944	1.483	3.224	6.629	13.230	28.384	91.072	351.275	1.590.604	279	
Paraná	30	35	45	57	64	75	106	160	275	346	545	758	1.181	1.995	4.321	8.863	17.622	42.576	134.360	479.621	1.453.397	189	
Pernambuco	75	133	195	248	286	333	442	628	1.174	1.401	2.098	3.169	4.966	7.773	16.812	36.272	73.742	165.009	548.108	2.125.615	1.598.120	169	
Alagoas	18	28	34	54	64	92	135	171	264	357	545	881	1.291	2.121	4.164	12.510	26.627	59.210	179.583	676.449	2.415.709	89	
Sergipe	9	13	19	24	28	34	48	82	129	154	276	410	652	1.091	2.497	5.255	10.976	23.422	85.661	329.155	2.531.936	79	
São Paulo	97	119	172	271	296	347	493	695	1.304	1.754	2.647	4.841	7.577	12.512	26.429	52.650	110.398	284.006	1.032.023	3.847.018	5.232.697	38	
REGIÃO SUDESTE																							
Minas Gerais	227	305	508	794	1.018	1.298	1.607	2.096	3.130	4.549	6.738	11.069	17.585	26.717	56.335	111.466	224.422	465.859	1.643.949	6.594.653	2.184.513	119	
Espírito Santo	28	25	50	66	74	109	177	273	511	557	956	1.479	2.451	4.401	11.468	19.154	41.706	86.649	311.908	1.260.870	1.045.612	1º	
Rio de Janeiro	499	759	1.194	1.571	1.911	2.294	2.661	3.615	5.129	7.165	10.166	15.263	22.446	32.829	45.224	129.704	265.800	559.865	1.919.558	6.800.001	895.616	217	
São Paulo	1.695	2.568	4.053	6.105	8.626	12.835	18.662	24.405	36.173	54.494	81.186	121.983	182.843	276.904	415.378	619.706	955.929	1.469.082	2.269.082	3.880.102	27.017.609	209	
REGIÃO SUL																							
Paraná	250	258	401	554	665	821	1.188	1.709	2.854	3.890	6.064	8.141	11.619	16.631	28.387	57.570	144.710	349.062	1.209.787	4.665.873	1.968.128	129	
Santa Catarina	50	97	150	212	333	413	575	846	1.216	1.578	2.257	3.752	5.939	8.813	12.015	43.042	88.568	180.212	617.405	2.045.348	2.747.681	49	
Rio Grande do Sul	254	345	640	962	1.329	1.529	1.962	2.618	3.494	5.011	6.581	10.588	15.269	21.510	31.418	106.186	222.469	503.996	1.618.607	6.106.815	1.769.954	159	
REGIÃO CENTRO-OESTE																							
Mato Grosso	18	34	50	68	90	130	199	272	499	573	908	1.578	2.318	3.523	5.551	7.781	17.162	47.192	187.931	801.739	2.337.956	99	
Mato Grosso do Sul																							
Goiás	45	70	86	128	197	276	417	525	694	910	1.472	2.046	2.974	5.403	11.677	26.024	53.128	144.367	530.512	1.856.128	2.451.508	59	
Distrito Federal	7	88	112	149	181	166	219	412	465	491	790	1.121	1.883	2.512	5.022	12.828	30.578	68.627	226.322	918.647	1.168.234	199	
BRASIL																							
	3.424	5.024	8.061	10.605	13.345	16.250	21.446	29.462	42.840	57.195	82.126	123.787	188.058	291.439	407.897	1.209.315	2.467.760	5.490.101	18.396.117	70.863.753	1.410.404		

FORÇA DEMONSTRATIVA DE TRAZER - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

## DEMONSTRATIVO DO ICM LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS E INTERNAS

## CLASSIFICAÇÃO POR ARRECADAÇÃO

ANO 1980/1985

UF	1980/1	1985/2	% 2/1	CLAS
RO	525	213.100	40.490	1º
MT	3.551	801.739	22.477	2º
DF	5.022	918.667	18.192	3º
GO	11.677	1.856.126	15.795	4º
AL	4.266	676.449	15.756	5º
AM	4.681	694.265	14.731	6º
MS	6.775	999.721	14.656	7º
BA	26.429	3.847.028	14.456	8º
PA	4.454	633.911	14.132	9º
SE	2.467	329.165	13.575	10º
MA	3.024	395.118	12.966	11º
CE	7.956	1.028.283	12.824	12º
PE	16.812	2.125.633	12.543	13º
PI	2.071	256.655	12.292	14º
PR	38.387	4.663.071	12.047	15º
SC	22.015	2.665.348	12.006	16º
RS	51.418	6.106.685	11.776	17º
MG	56.335	6.594.653	11.606	18º
AC	300	33.754	11.144	19º
PB	4.311	479.621	11.025	20º
ES	11.468	1.260.878	10.894	21º
RN	3.224	351.275	10.795	22º
SP	255.378	27.087.869	10.506	23º
RJ	65.224	6.800.004	10.325	24º

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria de Economia e Finança



Contudo, para extremar de dúvidas quanto ao propostado descaso com a fiscalização e arrecadação interna de ICM, por parte dos estados mais ricos, vejamos uma série menor e mais recente, abrangendo somente o período de (seis) 6 anos, de 1980 a 1985, aqui está o quadro nº 3 espelhando os fatos, os números.

Aqui estão pela ordem do 1º ao 10º colocado nos melhores índices de crescimento de arrecadação do ICM, Rondônia, Mato Grosso, Distrito Federal, Goiás, Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará e Sergipe.

Enquanto o Paraná ocupa o 15º, Minas Gerais o 18º, São Paulo o 23º e finalmente o Rio de Janeiro no 24º e último lugar.

Não bastassem, Sr. Presidente, os números da Balança Comercial Interestadual retratando, não só o desequilíbrio econômico-financeiro promovido pelas alíquotas vigentes no ICM interestadual, temos ali o retrato da mais que deslavada sonegação que resulta em prejuízos para as unidades mais fracas e patrocinada, ostensivamente, pelos governos dos estados mais prósperos.

Por outro lado, temos que salientar a total e deliberada omissão do fisco federal que assiste à sonegação do ICM e junto com ele a sonegação do IPI, isto sem falarmos na omissão de receitas decorrentes, que resultam na sonegação do Imposto de Renda, tanto na pessoa jurídica como na pessoa física e, por acréscimo, às chamadas contribuições parafiscais.

Em verdade, Sr. Presidente, se o constituinte intentou resolver o problema tributário do Brasil como um todo, em que pesem alguns pontos positivos, foi profundamente infeliz na solução buscada no artigo 196 da nossa Carta Magna, que estabeleceu:

“É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas.”

A questão, Sr. presidente, é, sem dúvida bastante controvertida e conflita até mesmo com o artigo 165 da mesma Constituição, que diz:

“A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos...”

Item V — integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei.”

Por outro lado, se a participação direta do agente fiscal criava um clima de “guerra” entre o fisco e o contribuinte, o que realmente, não é bom para ninguém, deveríamos buscar um meio-termo, uma remuneração progressiva e estimulante. Uma forma, um meio de obter-se do fiscal além da eficiência que, diga-se de passagem, já não se consegue, mas que fôssemos além, que atingíssemos a iniciativa e a criatividade do funcionário, preconizada pelo artigo 165 para o trabalhador da empresa privada.

Com a omissão quase que total da fiscalização, e no caso da federal, um agente fiscal, segundo as mais que absurdas normas em vigor, só pode fiscalizar uma empresa mediante ordem expressa da sua chefia; o que vimos assistindo e fazendo no Brasil é matar a “galinha dos ovos de ouro”, penalizando os bons contribuintes e premiando cada vez mais os espertalhões, os sonegadores que, mais e mais, levam vantagens com os continuados aumentos da carga tributária.

E o pior, Sr. Presidente, o grave, gravíssimo mesmo, é que, se examinarmos o crescimento das receitas, e as despesas de custeio da União, dos Estados e dos Municípios, vamos constatar que, no período de 1969 a 1984, concluiremos que já é mais que chegada a hora de estancarmos os abusos tributários que temos imposto a nossa gente. Vejamos os números a seguir:

**RECEITA TOTAL, RECEITA TRIBUTÁRIA E DESPESAS DE CUSTEIO  
DA UNIÃO, DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - PERÍODO 1969 / 1984**

Em Cr\$ 1.000,00

	ANO: 1969	ANO: 1984	VARIAÇÃO %
<b>UNIÃO</b>			
. Receita total	19.683.561	36.414.053.058	184.897 %
. Rec.Tributária	14.400.932	27.304.442.623	189.502 %
. Desp.de custeio	4.072.278	5.065.807.927	124.297 %
<b>ESTADOS E DF</b>			
. Receita total	14.990.292	28.564.549.525	190.452 %
. Rec.Tributária	11.441.477	18.531.561.003	161.868 %
. Desp.de custeio	6.421.400	10.267.818.915	159.800 %
<b>MUNICÍPIOS</b>			
. Receita total	3.966.963	9.719.458.773	244.908 %
. Rec.Tributária	979.249	2.170.094.338	221.496 %
. Desp.de custeio	1.927.364	5.901.419.435	306.085 %
<b>ORTN-dezembro</b>	<b>41,42</b>	<b>22.110,46</b>	<b>53.281 %</b>

À primeira vista a União vem mantendo um nível razoável entre as suas crescentes receitas, e as suas despesas de custeio têm sido menores, proporcionalmente as mesmas, visto que em 1969 as suas despesas de custeio significavam 20,7% sobre a receita total e em 1984 só atingiram 13,91%.

É evidente que, em realidade, a aparente redução de despesas de custeio da União é o reflexo do espantoso crescimento alcançado nas suas receitas, 184.897% na receita total e 189.502% na receita tributária.

No entanto, se nos debruçarmos melhor sobre os fatos vamos verificar que, no período em exame tivemos, além da modernização e equipagem mais que sofisticada introduzidas no serviço público, tivemos também uma redução mais que substancial na redução dos encargos da administração direta com as transferências para o setor privado e para as chamadas empresas estatais.

Tanto é que, em 1960, quando a União tinha cerca de 211.000 (duzentos e onze mil servidores) 105.000 (cento e cinco mil) estavam agregados no antigo Ministério da Viação e Obras Públicas, nos Correios, nas Ferrovias, nos Portos etc.

É verdade também que o País cresceu e os encargos públicos da União multiplicaram-se, mas será que teríamos como justificar os quase (2) dois milhões de servidores atuais empregados na administração direta e indireta?

Creio que não, e tamanho é o empreguismo que, a partir de 1967, governo algum ousou realizar o censo, a contagem e localização do número de servidores. Ainda recentemente, num gesto quase ingênuo, tal a espontaneidade e fidelidade aos seus propósitos moralizantes que, o lustrre Ministro Aloisio Alves, denunciou 250.000 (duzentos e cinquenta mil) ociosos no serviço público da União.

É evidente que se houvesse mais tempo para uma mais aprofundada avaliação, Sua Exª encontraria um número bem mais avantajado de ociosos; no entanto, a nossa dura e triste realidade político-administrativa impediu-lhe as providências cabíveis, e, sinceramente, creio, Sr. Presidente, só Deus deve saber o drama de consciência em que vive o bravo potiguar Aloisio Alves ante a sua impotência para colimar os seus adjetivos de homem sofrido do interior, à frente do Ministério da Administração.

Quanto aos Estados, dentro da mesma ótica, apresentamos um crescimento de receitas tanto tributárias como receitas totais com crescimento superior às despesas de custeio, 190.452% na receita total e 161.868% na tributária, contra, 124.297% nas despesas de custeio.

Resultando que em 1969 as despesas de custeio representavam 42,83% sobre as receitas totais dos Estados e somente 35,95% em 1984.

Cabendo observar que, nos Estados, também, ocorreram as transferências de encargos para o setor privado como para as múltiplas Empresas Estatais criadas ou ampliadas, no período, e, conseqüentemente, na esteira dos exemplos pouco edificantes da União a cada eleição, e aí estão as denúncias dos meios de comunicação, vão se multiplicando, nos Estados, o gigantesco número de “pendurados nos cabides” do serviço público.

Nos municípios em que pesem os ganhos bem superiores de receitas em relação aos Estados e à União, isto porque atingiram 244.908% de aumentos nas receitas totais e 221.496% nas receitas tributárias, ainda assim nos oferecem um quadro desalentador quanto ao empreguismo, um aumento de 306.085% nas suas despesas de custeio.

E tanto é que, mesmo praticando as mesmas transferências de encargos administrativos, nos termos realizados pelos Estados e pela União, as suas despesas de custeio que representavam 48,58% sobre as receitas totais em 1969, já absorveram 605,7% das mesmas, em 1984.

Temos então que, com o permanente incremento da carga tributária, no período de 15 (quinze) anos, o setor público obteve receitas agigantadas e muito pouco devolveu aos contribuintes sob a forma de benefícios.

Um outro ângulo de exame e que mostra a insaciabilidade tributária no Brasil e a comparação dos índices de crescimento das Receitas Públicas com a variação ORTN no mesmo período.

Em dezembro de 1969 a ORTN correspondia a Cr\$ 41,42 e Cr\$ 22.110,46 em dezembro de 1984, sofrendo, assim, uma variação de 53.281%, correspondendo a 1/6

do crescimento das despesas de custeio de 1/5 do crescimento das receitas totais dos municípios.

Como fazer uma espécie de hierarquização das mazenhas com o dinheiro do suado contribuinte brasileiro, a União como poder maior, "contentou-se", autolimitou em exigir para si, nos 15 anos aqui examinados, 3,5 (três e meia) vezes de receitas e 2,5 (duas e meia) vezes de despesas com o empreguismo público federal, acima da variação das ORTN, no período.

Os Estados ante os "exemplos" da União se permitiram ir mais além, extorquiram da nossa gente quase 4 (quatro) vezes receitas, em relação à variação das ORTN, para desperdiçarem, para consumirem com o empreguismo e com as suas mordomias.

Os municípios, por sua vez, a exemplo dos Estados, em obediência à "nova hierarquia", procuraram e conseguiram ir mais longe ainda.

Basta lembrar que, enquanto alcançaram um aumento de receitas de 244,908%, o que correspondeu a quase 5 (cinco) vezes a variação das ORTN, no mesmo período elevaram os seus gastos com o custeio em 306,085%, ou sejam, gastos maiores que equivaleram a 6 (seis) vezes a variação de 53,281% verificada nas ORTN.

Resta-me, Sr. Presidente, ante o imposto, indicar e propor a reflexão do Senado e, ao Poder Executivo, a busca de uma nova postura, diante do angustiante problema tributário brasileiro, na forma que segue:

a) Observar o mandamento do artigo nº 199 do Código Tributário Nacional — instituído por lei e não por convênio a obrigatoriedade da assistência mútua entre a União, incluindo a Previdência, os Estados e Municípios, para a fiscalização e controle das contribuições parafiscais e tributos respectivos, implicando o fornecimento automático de todas as informações e atos de fiscalização a uma central de controle sob a direção do Ministério da Fazenda, à qual com o cruzamento das mencionadas informações, aproveitando de fato os gastos com o SERPRO para a obtenção dos meios de impedir as fraudes e a sonegação.

b) Criar um incentivo aos agentes de tributos uma forma de remuneração progressiva através da contagem de pontos, abrangendo os agentes da Polícia Federal que atuam na repressão ao descaminho e contrabando. Eliminar o sistema atual de fiscalização dirigida ou por amostragem, permitindo aos agentes a iniciativa e a criatividade, atualmente inibidas pelo nivelamento (por baixo) das suas remunerações e pela dependência de autorização das chefias para o exercício de suas funções junto aos contribuintes.

c) Instituir o controle da Receita Federal sobre a impressão e emissão de notas fiscais das operações entre pessoas jurídicas, com ênfase para as operações interestaduais.

d) Alterar as alíquotas do ICM nas operações interestaduais nos moldes e percentuais contidos na mencionada "Proposição/85".

Sobre as alíquotas do ICM para as operações interestaduais, Sr. Presidente, estou informado que existe, em estado avançado, um estudo na área do Ministério da Fazenda, no qual pretende-se a pura e simples mudança do fato gerador, ou seja, o recolhimento do ICM, atualmente na fonte ou na saída passaria a ser cobrado no local do consumo, o que seria o ideal para as unidades menos desenvolvidas.

Contudo, tenho fundados receios quanto à melhoria da arrecadação, tendo em vista o total desinteresse que advirá para a unidade vendedora e ainda o tipo de controle que passará a ser exigido e exercitado nas fronteiras das unidades, daí porque, a minha opção e pela conjugação de interesses e participação no tributo pelas partes envolvidas, no caso as Receitas Estaduais das unidades vendedoras e compradoras.

Adotadas estas poucas providências, Sr. Presidente, não tenhamos dúvidas, caminharemos para a sonhada justiça tributária, incluindo substancial redução na carga tributária, viabilizando a iniciativa privada para a consolidação da economia nos moldes perseguidos pelo Presidente José Sarney e por quantos verdadeiramente amam o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

## ANEXO I

ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES						
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984						
Em Cr\$ milhões						
UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	-	-	-	-	-	-
AM	20.438	9.163	(-) 11.275	6.354	577	(-) 5.777
PA	3.259	718	(-) 2.541	8.411	0	(-) 8.411
RO	1.592	3.864	2.272	2.742	317	(-) 2.425
MA	3.426	41	(-) 3.385	4.034	0	(-) 4.034
PI	269	41	(-) 228	160	0	(-) 160
CE	1.498	1.329	(-) 169	145	0	(-) 145
RN	32	83	51	0	0	-
PB	15	52	37	1	0	(-) 1
PE	1.939	425	(-) 1.514	1.473	0	(-) 1.473
AL	27	18	(-) 9	3	0	(-) 3
SE	2	15	13	8	0	(-) 8
BA	375	51	(-) 324	159	0	(-) 159
MT	998	1.369	371	2.060	5	(-) 2.055
MS	309	472	163	6	0	(-) 6
GO	86	707	621	6	0	(-) 6
DF	70	12	(-) 58	93	0	(-) 93
MG	2.365	3.805	1.440	683	5.811	5.128
ES	18	66	48	48	0	(-) 48
RJ	1.129	3.628	2.499	0	0	-
SP	20.225	33.855	13.630	29.620	5.810	(-) 23.810
PR	984	788	(-) 196	125	0	(-) 125
SC	207	952	745	2.048	0	(-) 2.048
RS	980	2.267	1.287	329	0	(-) 329
	60.243	63.721	19.699 -	58.941	12.520	51.549
			23.177 +			5.128
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....						
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....						60.243
DIFERENÇA.....						63.721
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....						(-) 3.478
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL						19.699
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....						23.177
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....						58.941
DIFERENÇA.....						12.520
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....						46.421
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL						5.128
RESUMO GERAL						51.549
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....						24.827
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL						74.726
TOTAL GERAL.....						99.553

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF  
AM

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	577	6.354	5.777	9.163	20.438	11.275
AM	-	-	-	-	-	-
PA	18.723	25.452	6.729	31.181	39.731	8.550
RO	2.361	13.943	11.582	2.709	29.196	26.487
MA	3.994	2.002	(-) 1.992	3.593	4.934	1.341
PI	1.730	924	(-) 806	1.786	4.000	2.214
CE	4.827	10.923	6.096	12.810	7.790	(-) 5.020
RN	236	1.578	1.342	2.628	1.311	(-) 1.317
PB	218	3.086	2.868	2.994	1.300	(-) 1.694
PE	1.180	41.806	40.626	35.334	29.164	(-) 6.170
AL	952	7.538	6.586	3.171	2.565	(-) 606
SE	3	506	503	2.370	928	(-) 1.442
BA	2.345	22.510	20.165	19.832	13.184	(-) 6.648
MT	43	2.142	2.099	1.700	2.288	588
MS	27	1.359	1.332	3.014	1.826	(-) 1.188
GO	483	5.229	4.746	1.074	3.564	2.490
DF	206	469	263	9.621	8.012	(-) 1.609
MG	3.812	29.085	25.273	34.214	15.496	(-) 18.718
ES	691	1.500	809	16.414	5.544	(-) 10.870
RJ	10.062	76.889	66.827	-	-	-
SP	75.626	953.880	878.254	1.933.702	556.548	(-) 1.377.104
PR	3.985	15.758	11.773	50.559	27.252	(-) 23.307
SC	1.175	19.862	18.687	14.978	7.056	(-) 7.922
RS	7.544	29.229	21.685	59.717	64.835	5.118
	140.900	1.272.024	2.798	2.252.564	847.012	1.463.615
			1.134.022			58.063

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	140.900
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	1.272.024
DIFERENÇA.....	(-) 1.131.124
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	2.798
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	1.134.022
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	2.252.564
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	847.012
DIFERENÇA.....	1.405.552
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	58.063
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	1.463.615
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	60.861
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	2.597.637
TOTAL GERAL.....	2.658.498

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANCA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF  
PA

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	8.411	8.411	718	3.259	2.541
AM	39.731	31.181	(-) 8.550	25.452	18.723	(-) 6.729
PA	-	-	-	-	-	-
RO	152	1.072	920	102	9.576	9.474
MA	71.346	32.014	(-) 39.332	95.232	48.808	(-) 46.424
PI	14.433	3.487	(-) 10.946	11.817	12.666	849
CE	45.861	12.907	(-) 32.954	14.892	10.505	4.387
RN	13.486	6.512	(-) 6.974	9.262	11.942	2.680
PB	12.708	6.712	(-) 5.996	2.184	2.603	419
PE	98.975	27.003	(-) 71.972	41.865	44.243	2.378
AL	7.485	3.594	(-) 3.891	3.869	3.502	(-) 367
SE	1.343	701	(-) 642	1.006	1.354	348
BA	27.715	183.648	155.933	17.167	42.653	25.486
MT	5.189	1.245	(-) 3.944	543	1.518	975
MS	444	109	(-) 335	2.573	420	(-) 2.153
GO	14.912	30.034	15.122	4.544	13.893	9.349
DF	9.200	9.534	334	4.583	13.535	8.952
MG	153.564	57.386	(-) 96.178	37.590	19.525	(-) 18.065
ES	14.777	8.242	(-) 6.535	16.576	3.818	(-) 12.758
RJ	117.379	67.860	(-) 49.519	-	-	-
SP	806.764	433.274	(-) 373.490	250.531	134.291	(-) 116.239
PR	39.173	13.062	(-) 16.111	29.370	9.101	(-) 20.269
SC	48.823	23.521	(-) 25.302	7.895	8.266	371
RS	67.745	21.094	(-) 46.651	29.235	17.414	(-) 11.821
	1.611.205	982.603	809.322 -	607.006	431.615	239.212 -
			180.720 +			63.822 +

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.611.805
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	982.603
DIFERENÇA.....	629.202
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	809.322
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	180.720
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	607.006
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	431.615
DIFERENÇA.....	175.391
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	63.822
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	239.212
<b>RESUMO GERAL</b>	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	873.144
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	419.932
TOTAL GERAL.....	1.293.076

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF  
RO

NIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	317	2.742	2.425	3.864	1.592	(-) 2.272
AM	29.196	2.709	(-) 26.487	13.943	2.361	(-) 11.582
PA	9.576	102	(-) 9.474	1.072	152	(-) 920
RO	-	-	-	-	-	-
MA	36	101	65	73	34	(-) 39
PI	1	1	0	0	3	3
CE	1.290	369	(-) 921	199	16	(-) 183
RN	18	63	45	62	12	(-) 50
PB	66	43	(-) 23	2	6	4
PE	173	294	121	422	194	(-) 228
AL	0	43	43	38	0	(-) 38
SE	0	25	25	6	1	(-) 5
BA	76	36	(-) 40	3.940	43	(-) 3.897
MT	4.038	1.356	(-) 2.682	5.494	3.439	(-) 2.055
MS	1.597	532	(-) 1.065	823	521	(-) 302
GO	309	2.584	2.275	284	1.425	1.141
DF	1.067	63	(-) 1.004	270	817	547
MG	14.386	2.510	(-) 11.876	14.524	948	(-) 13.576
ES	25.287	155	(-) 25.032	2.221	524	(-) 1.697
RJ	3.353	2.394	(-) 959	0	-	-
SP	68.872	47.639	(-) 21.233	107.131	10.011	(-) 97.120
PR	24.334	6.413	(-) 17.921	42.662	5.314	(-) 37.348
SC	2.114	2.314	200	8.730	456	(-) 8.274
RS	3.524	2.325	(-) 1.199	6.653	360	(-) 6.293
	189.530	74.813	119.916 -	212.413	28.229	185.879
			5.199 +			1.695

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	189.530
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	74.813
DIFERENÇA.....	114.717
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	119.916
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	5.199
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	212.413
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	28.229
DIFERENÇA.....	184.184
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	1.695
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	185.879
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	121.611
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	191.078
TOTAL GERAL.....	312.689



## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

UF

MA

## BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	4.034	4.034	41	3.426	3.385
AM	4.934	3.593	(-) 1.341	2.002	3.994	1.992
PA	48.808	95.232	46.424	32.014	71.346	39.332
RO	34	73	. . 39	101	36	(-) 65
MA	-	-	-	-	-	-
PI	70.676	62.309	(-) 8.367	33.510	27.544	(-) 5.966
CE	84.076	65.233	(-) 18.843	49.902	19.719	(-) 30.183
RN	8.842	3.589	(-) 5.253	9.440	7.016	(-) 2.424
PB	9.379	4.606	(-) 4.773	3.410	7.719	4.309
PE	95.440	46.437	(-) 49.003	54.465	47.691	(-) 6.774
AL	30.125	20.592	(-) 9.533	10.468	1.823	(-) 8.645
SE	1.427	952	(-) 475	245	698	453
BA	72.991	9.913	(-) 63.078	39.509	19.633	(-) 19.876
MT	485	143	(-) 342	158	424	266
MS	10	190	180	48	19	(-) 29
GO	6.142	15.729	9.587	3.252	15.154	11.902
DF	4.785	1.843	(-) 2.942	5.657	5.134	(-) 523
MG	44.979	27.604	(-) 17.375	8.713	8.906	193
ES	7.700	6.586	(-) 1.114	1.924	2.633	709
RJ	48.469	31.178	(-) 17.291	-	-	-
SP	352.914	239.493	(-) 113.421	61.576	56.495	(-) 5.081
PR	14.754	8.245	(-) 6.509	5.994	3.571	(-) 2.423
SC	17.033	11.140	(-) 5.893	2.405	1.264	(-) 1.141
RS	19.883	9.746	(-) 10.137	11.511	3.522	(-) 7.989
	943.886	668.460	335.690 -	336.345	307.767	91.119 -
			60.264 +			62.541 +

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES .....	943.886
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO .....	668.460
DIFERENÇA .....	275.426
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO .....	335.690
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .....	60.264
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES .....	336.345
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO .....	307.767
DIFERENÇA .....	28.578
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO .....	62.541
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL ..	91.119
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO .....	398.231
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .....	151.383
TOTAL GERAL .....	549.614

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

UF

PI

## BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	160	160	41	269	228
AM	4.000	1.786	(-) 2.214	924	1.730	806
PA	12.666	11.817	(-) 849	3.487	14.433	10.946
RO	3	0	(-) 3	1	1	0
MA	27.544	33.510	5.966	62.309	70.676	8.367
PI	-	-	-	-	-	-
CE	92.252	54.712	(-) 37.540	39.797	18.880	(-) 20.917
RN	6.073	2.236	(-) 3.837	1.705	1.248	(-) 457
PB	5.418	3.842	(-) 1.576	1.943	2.474	531
PE	79.560	43.761	(-) 35.799	31.601	22.411	(-) 9.190
AL	2.230	1.852	(-) 378	1.228	910	(-) 318
SE	1.821	817	(-) 1.004	452	1.225	773
BA	10.554	8.899	(-) 1.655	6.528	8.762	2.234
MT	77	11	(-) 66	132	371	239
MS	2	71	69	146	381	235
GO	2.326	5.811	3.485	1.575	3.438	1.863
DF	983	436	(-) 547	209	305	96
MG	26.852	12.549	(-) 14.303	4.947	4.938	(-) 9
ES	4.999	1.816	(-) 3.183	340	1.160	820
RJ	30.098	19.708	(-) 10.390	-	-	-
SP	189.685	118.134	(-) 71.551	23.198	24.172	974
PR	19.212	7.901	(-) 11.311	3.755	2.775	(-) 980
SC	17.939	7.060	(-) 10.879	8.189	7.539	(-) 650
RS	14.289	7.762	(-) 6.527	3.046	3.228	182
	548.583	344.651	213.612 -	195.533	191.326	32.521 -
			9.680 +			28.294 +

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	548.583
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	344.651
DIFERENÇA.....	203.932
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	213.612
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	9.680
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	195.533
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	191.326
DIFERENÇA.....	4.207
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	28.294
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	32.521
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	241.906
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	42.201
TOTAL GERAL.....	284.107

ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES  
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF  
CE

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	145	145	1.329	1.498	169
AM	7.790	12.810	5.020	10.923	4.827	(-) 6.096
PA	10.505	14.892	4.387	12.907	45.861	32.954
RO	16	199	183	369	1.290	921
MA	19.719	49.902	30.183	65.233	84.076	18.843
PI	18.880	39.797	20.917	54.712	92.252	37.540
CE	-	-	-	-	-	-
RN	47.779	41.233	(-) 6.546	57.338	62.681	5.343
PB	27.830	51.681	23.851	22.739	38.434	15.695
PE	300.329	214.680	(-) 85.649	120.152	97.204	(-) 22.948
AL	12.571	16.628	4.057	11.803	14.967	3.164
SE	6.892	7.046	154	5.013	10.581	5.568
BA	72.991	76.557	3.566	39.509	59.279	19.770
MT	5.410	1.472	(-) 3.938	1.089	3.955	2.866
MS	216	4.207	3.991	1.490	3.597	2.107
GO	9.883	26.226	16.343	2.226	21.292	10.066
DF	1.140	41.970	40.830	2.971	40.610	37.639
MG	117.735	85.824	(-) 31.911	53.670	63.241	9.571
ES	16.033	10.640	(-) 5.393	6.894	7.314	420
RJ	146.883	127.624	(-) 19.259	0	-	-
SP	376.307	652.952	(-) 223.355	286.230	324.513	38.283
PR	41.760	21.208	(-) 20.552	27.984	31.755	3.771
SC	71.602	36.160	(-) 35.442	29.484	33.624	4.140
RS	74.089	63.007	(-) 11.082	35.533	32.100	(-) 3.433
1.886.360			443.127 -	849.598	1.074.951	32.477 -
			153.627 +			257.830 +

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.886.360
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	1.596.860
DIFERENÇA.....	289.500
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	443.127
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDENCIA ILEGAL.....	153.627
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	849.598
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	1.074.951
DIFERENÇA.....	(-) 225.353
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	257.830
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDENCIA ILEGAL.....	32.477
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	700.957
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDENCIA ILEGAL.....	186.104
TOTAL GERAL.....	887.061

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF

RN

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	0	0	83	32	(-) 51
AM	1.311	2.628	1.317	1.578	236	(-) 1.342
PA	11.942	9.262	(-) 2.680	6.512	13.486	6.974
RO	12	62	50	63	18	(-) 45
MA	7.016	9.440	2.424	3.589	8.842	5.253
PI	1.248	1.705	457	2.236	6.073	3.837
CE	62.681	57.338	(-) 5.343	41.233	47.779	6.546
RN	-	-	-	-	-	-
PB	51.911	46.446	(-) 5.465	16.038	29.232	13.194
PE	237.972	178.056	(-) 59.916	43.636	27.436	(-) 16.200
AL	2.382	3.466	1.084	3.557	3.221	(-) 336
SE	2.143	3.891	1.748	3.179	3.956	777
BA	31.799	20.146	(-) 11.652	16.759	22.368	5.609
MT	678	1.025	347	726	2.807	2.081
MS	366	751	385	1.162	1.631	469
GO	398	5.721	5.323	630	2.058	1.428
DF	994	618	(-) 376	1.315	2.319	1.004
MG	80.539	26.818	(-) 53.721	12.092	17.577	5.485
ES	5.950	8.697	2.747	8.921	2.774	(-) 6.147
RJ	45.596	37.722	(-) 7.874	0	-	-
SP	273.377	234.009	(-) 39.368	133.689	151.541	17.582
PR	14.851	8.387	(-) 6.464	10.204	10.364	160
SC	45.294	42.224	(-) 3.025	90.985	16.813	(-) 74.172
RS	24.051	14.224	(-) 9.827	14.476	13.788	(-) 688
	902.466	712.637	205.711	412.663	384.351	98.981
			15.882			70.669

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	902.446
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	712.637
DIFERENÇA.....	189.809
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	205.711
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	15.882
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	412.663
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	384.351
DIFERENÇA.....	28.312
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	70.669
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	98.981
RESUMO GERAL.....	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	276.380
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	114.863
TOTAL GERAL.....	391.243

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

## BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF  
PB

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	1	1	52	15	(-) 37
AM	1.300	2.994	1.694	3.086	218	(-) 2.868
PA	2.603	2.184	(-) 419	6.712	12.708	5.996
RO	6	2	(-) 4	43	66	23
MA	7.719	3.410	(-) 4.309	4.606	9.379	4.773
PI	2.474	1.943	(-) 531	3.842	5.418	1.576
CE	38.434	22.739	(-) 15.695	51.681	27.830	(-) 23.851
RN	29.232	16.038	(-) 13.194	46.446	51.911	5.465
PB	-	-	-	-	-	-
PE	428.836	196.585	(-) 232.251	153.689	66.806	(-) 86.883
AL	12.399	10.462	(-) 1.937	9.636	7.881	(-) 1.755
SE	2.462	2.462	0	7.962	4.364	(-) 3.598
BA	41.881	48.739	6.858	26.142	27.965	1.823
MT	957	535	(-) 422	63	185	122
MS	52	9.618	9.566	393	10.702	10.309
GO	344	4.339	3.995	958	1.730	772
DF	181	340	159	1.836	10.507	8.671
MG	37.680	21.510	(-) 16.170	20.119	13.418	(-) 6.701
ES	7.843	7.617	(-) 226	5.888	1.910	(-) 3.978
RJ	40.351	39.625	(-) 726	0	-	-
SP	267.778	188.973	(-) 78.805	71.334	101.282	29.948
PR	40.096	29.061	(-) 11.035	4.206	6.251	2.045
SC	25.500	16.688	(-) 8.812	22.698	15.061	(-) 7.637
RS	30.444	13.187	(-) 17.257	19.960	7.121	(-) 12.839
	1.018.572	639.052	401.793	461.352	382.728	150.147
			22.273			71.523

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.018.572
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	639.052
DIFERENÇA.....	379.520
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	401.793
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	22.273
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	461.352
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	382.728
DIFERENÇA.....	78.624
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	71.523
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	150.147
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	473.316
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	172.420
TOTAL GERAL.....	645.736

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984 - Em Cr\$ milhões

UF

PE

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	1.473	1.473	425	1.939	1.514
AM	29.164	35.334	6.170	41.806	1.180	(-) 40.626
PA	27.003	41.865	14.862	44.243	98.975	54.732
RO	194	422	228	294	173	(-) 121
MA	47.691	54.465	6.774	46.437	95.440	49.003
PI	22.411	31.601	9.190	43.761	79.560	35.799
CE	97.204	120.152	22.948	214.680	300.329	85.649
RN	27.436	43.636	16.200	178.056	237.972	59.916
PB	66.806	153.689	86.883	196.585	428.836	232.251
PE	-	-	-	-	-	-
AL	70.394	78.384	7.990	238.624	383.991	145.367
SE	12.012	18.438	6.426	37.979	75.152	37.173
BA	329.178	373.209	44.031	210.002	355.463	154.461
MT	2.948	5.856	2.908	374	5.526	5.152
MS	569	1.816	1.247	1.202	2.452	1.250
GO	2.299	31.166	28.867	2.256	11.895	9.639
DF	669	15.178	14.509	3.751	20.281	16.530
MG	295.178	285.581	(-) 9.597	46.447	86.818	40.371
ES	27.282	35.123	7.841	9.743	11.955	2.212
RJ	260.559	313.877	53.318	-	-	-
SP	1.927.452	1.758.341	(-) 169.111	796.812	988.358	191.546
PR	124.896	94.455	(-) 30.441	24.565	27.763	3.198
SC	159.265	119.992	(-) 39.273	49.530	65.612	16.082
RS	185.872	158.839	(-) 27.033	72.429	73.619	1.190
	3.716.482	3.772.892	275.455 -	2.251.001	3.353.289	40.747
			331.865 +			1.143.035

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	3.716.482
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	3.772.892
DIFERENÇA.....	(-) 56.410
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	275.455
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	331.865
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	2.251.001
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	3.353.289
DIFERENÇA.....	(-) 1.102.288
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	1.143.035
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	40.747
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	1.418.490
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	372.612
TOTAL GERAL.....	1.791.102



## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF

AL

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	3	3	18	27	9
AM	2.565	3.171	606	7.538	952	(-) 6.586
PA	3.502	3.869	367	3.594	7.485	3.891
RO	0	38	38	43	0	(-) 43
MA	1.823	10.468	8.645	20.592	30.125	9.533
PI	910	1.228	318	1.852	2.230	378
CE	14.967	11.803	(-) 3.164	16.628	12.571	(-) 4.057
RN	3.221	3.557	336	3.466	2.382	(-) 1.084
PB	7.881	9.636	1.755	10.462	12.399	1.937
PE	383.991	238.624	(-) 145.367	78.384	70.394	(-) 7.990
AL	-	-	-	-	-	-
SE	15.812	13.037	(-) 2.775	24.368	15.267	(-) 9.101
BA	28.274	48.059	19.785	107.121	145.851	49.730
MT	550	884	334	37	30	(-) 7
MS	27	1.635	1.608	90	303	213
GO	118	4.762	4.644	753	632	(-) 121
DF	389	12.707	12.318	229	17.570	17.341
MG	31.304	18.720	(-) 12.584	7.469	3.193	(-) 4.276
ES	4.048	2.622	(-) 1.426	676	684	8
RJ	34.216	27.521	(-) 6.695	0	-	-
SP	226.582	165.915	(-) 60.667	80.985	77.959	(-) 3.026
PR	18.453	11.861	(-) 6.592	7.020	6.131	(-) 889
SC	19.132	13.913	(-) 5.219	11.751	11.513	(-) 238
RS	18.979	13.058	(-) 5.921	5.835	4.482	(-) 1.353
	816.744	617.091	250.410	388.911	433.180	38.771
			50.757			83.040

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	816.744
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	617.091
DIFERENÇA.....	199.653
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	250.410
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	50.757
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	388.911
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	433.180
DIFERENÇA.....	(-) 44.269
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	83.040
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	38.771
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	333.450
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	89.528
TOTAL GERAL.....	422.978

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

172  
SE

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	8	8	15	2	(-) 13
AM	928	2.370	1.442	506	3	(-) 503
PA	1.354	1.006	(-) 348	701	1.343	642
RO	1	6	5	25	0	(-) 25
MA	698	245	(-) 453	952	1.427	475
PI	1.225	452	(-) 773	817	1.821	1.004
CE	10.581	5.013	(-) 5.568	7.046	6.892	(-) 154
RN	3.956	3.179	(-) 777	3.891	2.143	(-) 1.748
PB	4.364	7.962	3.598	2.462	2.462	0
PE	75.152	37.979	(-) 37.173	18.438	12.012	(-) 6.426
AL	15.267	24.368	9.101	13.037	15.812	2.775
SE	-	-	-	-	-	-
BA	131.187	92.724	(-) 38.463	52.010	88.902	36.892
MT	546	479	(-) 67	1.074	23	(-) 1.051
MS	157	9	(-) 148	240	57	(-) 183
GO	4.295	1.048	(-) 3.247	164	628	464
DF	429	139	(-) 290	267	130	(-) 137
MG	71.165	24.231	(-) 46.934	9.214	8.230	(-) 984
ES	18.141	1.783	(-) 16.358	1.284	364	(-) 920
RJ	42.827	30.423	(-) 12.404	-	-	-
SP	238.460	136.828	(-) 101.632	104.956	81.243	(-) 23.713
PR	19.075	6.757	(-) 12.318	2.620	1.260	(-) 1.360
SC	21.048	12.637	(-) 8.411	5.859	1.124	(-) 4.735
RS	20.308	15.603	(-) 4.705	26.969	5.663	(-) 21.306
	681.164	405.249	290.069	252.547	231.541	63.258
			14.154			42.252

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	681.164
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	405.249
DIFERENÇA.....	275.915
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	290.069
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	14.154
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	252.547
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	231.541
DIFERENÇA.....	21.006
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	42.252
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	63.258
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	332.321
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	77.412
TOTAL GERAL.....	409.733

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

R\$

## BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	159	159	51	375	324
AM	13.184	19.832	6.648	22.510	2.345	(-) 20.165
PA	42.653	17.167	(-) 25.486	183.648	27.715	(-) 155.933
RO	43	3.940	3.897	36	76	40
MA	19.633	10.096	(-) 9.537	9.913	13.337	3.424
PI	8.762	6.528	(-) 2.234	8.899	10.554	1.655
CE	52.279	39.509	(-) 12.770	76.557	72.991	(-) 3.566
RN	22.368	16.759	(-) 5.609	20.147	31.799	11.652
PB	27.965	26.142	(-) 1.823	48.739	41.881	(-) 6.858
PE	355.463	201.002	(-) 154.461	373.209	329.178	(-) 44.031
AL	156.851	107.121	(-) 49.730	48.059	28.274	(-) 19.785
SE	88.902	52.010	(-) 36.892	92.724	131.187	38.463
BA	-	-	-	-	-	-
MT	929	3.660	2.731	564	1.110	546
MS	242	845	603	169	2.025	1.856
GO	5.548	23.124	17.576	2.764	10.788	8.024
DF	10.300	17.193	6.893	4.774	18.431	13.657
MG	495.978	274.058	(-) 221.920	226.881	186.376	(-) 40.505
ES	92.990	89.426	(-) 3.564	175.424	117.904	(-) 57.420
RJ	287.242	259.999	(-) 27.243	0	-	-
SP	2.136.650	1.299.902	(-) 836.748	2.704.547	2.928.454	223.907
PR	83.543	47.646	(-) 35.897	70.687	52.606	(-) 18.081
SC	145.559	107.351	(-) 38.208	63.609	56.913	(-) 6.687
RS	226.842	177.375	(-) 49.467	134.641	107.145	(-) 27.496
	4.273.926	2.800.844	1.511.589 -	4.268.543	4.171.464	400.627
			38.507 +			303.548

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	4.273.926
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	2.800.844
DIFERENÇA.....	1.473.082
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	1.511.589
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	38.507
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	4.268.543
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	4.171.464
DIFERENÇA.....	97.079
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	303.548
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	400.627
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	1.815.137
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	439.134
TOTAL GERAL.....	2.254.271

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

197

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	5	2.060	2.055	1.369	998	(-) 371
AM	2.288	1.700	(-) 588	2.142	43	(-) 2.099
PA	1.518	543	(-) 975	1.245	5.189	3.944
RO	3.439	5.494	2.055	1.356	4.048	2.692
MA	424	158	(-) 266	143	485	342
PI	371	132	(-) 239	11	77	66
CE	3.955	1.089	(-) 2.866	1.472	5.410	3.938
RN	2.807	726	(-) 2.081	1.025	678	(-) 347
PB	185	63	(-) 122	535	957	422
PE	5.526	374	(-) 5.152	5.856	2.948	(-) 2.908
AL	30	37	7	884	550	(-) 334
SE	23	1.074	1.051	479	546	67
BA	1.110	564	(-) 546	3.660	929	(-) 2.731
MT	-	-	-	-	-	-
MS	29.427	14.741	(-) 14.686	29.792	14.092	(-) 15.700
GO	9.068	20.721	11.653	6.208	12.766	6.558
DF	10.825	6.095	(-) 4.730	4.838	4.755	(-) 83
MG	126.475	42.849	(-) 83.626	86.318	27.862	(-) 58.456
ES	1.142	719	(-) 423	1.503	295	(-) 1.208
RJ	33.847	20.869	(-) 12.978	0	-	-
SP	619.921	273.789	(-) 346.132	169.802	92.299	(-) 77.503
PR	104.115	21.264	(-) 82.851	449.486	90.913	(-) 358.573
SC	29.687	10.373	(-) 19.314	36.519	11.859	(-) 24.660
RS	35.893	9.400	(-) 26.493	14.657	4.601	(-) 10.056
	1.022.081	434.834	604.068 -	819.300	282.300	555.029 -
			16.821 +			18.029 +

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.022.081
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	434.834
DIFERENÇA.....	587.247
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	604.068
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL ..	16.821
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	819.300
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	282.300
DIFERENÇA.....	537.000
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	18.029
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL	555.029
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	622.097
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL	571.850
TOTAL GERAL.....	1.193.947

ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES  
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

178  
MS

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	6	6	472	309	(-) 163
AM	1.826	3.014	1.188	1.359	27	(-) 1.332
PA	420	2.573	2.153	109	444	335
RO	521	823	302	532	1.597	1.065
MA	19	48	29	190	10	(-) 180
PI	381	146	(-) 235	71	2	(-) 69
CE	3.597	1.490	(-) 2.107	4.207	216	(-) 3.991
RN	1.631	1.162	(-) 469	751	366	(-) 385
PB	10.702	393	(-) 10.309	9.618	52	(-) 9.566
PE	2.452	1.202	(-) 1.250	1.816	569	(-) 1.247
AL	303	90	(-) 213	1.635	27	(-) 1.608
SE	57	240	183	9	157	148
BA	2.025	169	(-) 1.856	845	242	(-) 603
MT	14.092	29.792	15.700	14.741	29.427	14.686
MS	-	-	-	-	-	-
GO	19.516	13.591	(-) 5.925	13.736	9.152	(-) 4.584
DF	1.773	436	(-) 1.337	1.263	3.813	2.550
MG	46.189	16.332	(-) 29.857	22.197	7.615	(-) 14.582
ES	1.140	769	(-) 371	445	90	(-) 355
RJ	38.479	32.823	(-) 5.656	0	16.076	16.076
SP	849.586	486.502	(-) 363.084	622.055	416.720	(-) 205.335
PR	175.999	69.177	(-) 106.822	546.132	175.276	(-) 370.856
SC	33.852	18.412	(-) 15.440	62.188	79.807	17.619
RS	38.378	16.837	(-) 21.541	32.442	10.880	(-) 21.562
	1.242.938	696.027	566.472 -	1.336.813	752.874	636.418
			19.561 +			52.479

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.242.938
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	696.027
DIFERENÇA.....	546.911
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	566.472
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL	19.561
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.336.813
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	752.874
DIFERENÇA.....	583.939
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	52.479
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL	636.418
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	618.951
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL	655.979
TOTAL GERAL.....	1.274.930

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

## BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UF  
GO

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	6	6	707	86	(-) 621
AM	3.564	1.074	(-) 2.490	5.229	483	(-) 4.746
PA	13.893	4.544	(-) 9.349	30.034	14.912	(-) 15.122
RO	1.425	284	(-) 1.141	2.584	309	(-) 2.275
MA	15.154	3.252	(-) 11.902	15.729	6.142	(-) 9.587
PI	3.438	1.575	(-) 1.863	5.811	2.326	(-) 3.485
CE	21.292	2.226	(-) 19.066	26.226	9.883	(-) 16.343
RN	2.058	630	(-) 1.428	5.721	398	(-) 5.323
PB	1.730	958	(-) 772	4.339	344	(-) 3.995
PE	11.895	2.256	(-) 9.639	31.166	2.299	(-) 28.867
AL	632	753	121	4.762	118	(-) 4.644
SE	628	164	(-) 464	1.048	4.295	3.247
BA	10.788	2.764	(-) 8.024	23.124	5.548	(-) 17.576
MT	12.766	6.208	(-) 6.558	20.721	9.068	(-) 11.653
MS	9.152	13.736	4.584	13.591	19.516	5.925
GO	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
DF	117.927	25.870	(-) 92.057	92.794	22.252	(-) 70.542
MG	393.579	68.492	(-) 325.087	453.263	39.370	(-) 413.893
ES	5.389	3.362	(-) 2.027	6.355	376	(-) 5.979
RJ	119.996	22.237	(-) 97.759	0	-0-	-0-
SP	1.419.452	166.806	(-) 1.252.646	893.949	92.629	(-) 801.320
PR	59.732	6.842	(-) 52.890	45.380	586	(-) 44.794
SC	51.423	6.494	(-) 44.929	20.412	508	(-) 19.904
RS	72.469	9.728	(-) 62.741	49.165	10.633	(-) 38.532
	2.348.382	350.261	2.002.832 -	1.752.110	242.081	1.519.201
			4.711 +			9.172

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	2.348.382
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	350.261
DIFERENÇA.....	1.998.121
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	2.002.832
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	4.711
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.752.110
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	242.081
DIFERENÇA.....	1.510.029
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	9.172
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	1.519.201
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	2.012.004
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	1.523.912
TOTAL GERAL.....	3.535.916



## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	93	93	12	70	58
AM	8.012	9.621	1.609	469	206	(-) 263
PA	13,535	4.583	(-) 8.952	9.534	9.200	(-) 334
RO	817	270	(-) 547	63	1.067	1.004
MA	5.134	5.657	523	1.843	4.785	2.942
PI	305	209	(-) 96	436	983	547
CE	40.610	2.971	(-) 37.639	41.970	1.140	(-) 40.830
RN	2.319	1.315	(-) 1.004	618	994	376
PB	10.507	1.836	(-) 8.671	340	181	(-) 159
PE	20.281	3.751	(-) 16.530	15.178	669	(-) 14.509
AL	17.570	229	(-) 17.341	12.707	387	(-) 12.320
SE	130	267	137	139	429	290
BA	18.431	4.774	(-) 13.657	17.193	10.300	(-) 6.893
MT	4.755	4.838	83	6.095	10.825	4.730
MS	3.813	1.263	(-) 2.550	436	1.773	1.337
GO	22.252	92.794	70.542	28.870	117.927	92.057
DF	-	-	-	-	-	-
MG	197.898	76.675	(-) 121.223	42.345	25.267	(-) 17.078
ES	4.526	2.110	(-) 2.416	1.935	614	(-) 1.321
RJ	164.274	106.347	(-) 57.927	0	-	-
SP	823.633	533.420	(-) 290.213	68.696	37.277	(-) 31.419
PR	42.345	15.071	(-) 27.274	5.094	5.511	417
SC	97.128	31.227	(-) 65.901	1.560	1.003	(-) 557
RS	79.712	24.605	(-) 55.107	22.103	1.494	(-) 20.609
	1.577.987	923.926	727.048 -	274.636	232.102	146.292
			72.987 +			103.758

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.577.987
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	923.926
DIFERENÇA.....	654.061
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	727.048
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	72.987
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	274.636
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	232.102
DIFERENÇA.....	42.534
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	103.758
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	146.252
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	830.806
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	219.239
TOTAL GERAL.....	1.050.045

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	683	683	3.805	2.365	(-) 1.440
AM	15.496	34.214	18.718	29.085	3.812	(-) 25.273
PA	19.525	37.590	18.065	57.386	153.564	96.178
RO	948	14.524	13.576	2.510	14.386	11.876
MA	8.906	8.713	(-) 193	27.604	44.979	17.375
PI	4.938	4.947	9	12.549	26.852	14.303
CE	63.241	53.670	(-) 9.571	85.824	117.735	31.911
RN	17.577	12.092	(-) 5.485	26.818	80.539	53.721
PB	13.418	20.119	6.701	21.510	37.680	16.170
PE	86.818	46.447	(-) 40.371	285.581	295.178	9.597
AL	3.193	7.469	4.276	18.720	31.304	12.584
SE	8.230	9.214	984	24.231	71.165	46.934
BA	186.376	226.881	40.505	274.058	495.978	221.920
MT	27.862	86.318	58.456	42.849	126.475	83.626
MS	7.615	22.197	14.582	16.332	46.189	29.857
GO	39.370	453.263	413.893	68.492	393.579	325.087
DF	25.267	42.345	17.078	76.675	197.898	121.223
MG	-	-	-	-	-	-
ES	229.802	277.642	47.840	313.390	404.322	90.932
RJ	961.920	1.017.704	55.784	0	1.775.656	1.775.656
SP	6.309.052	4.750.340	(-) 1.558.712	4.996.942	5.978.735	981.793
PR	371.591	301.461	(-) 70.130	311.493	280.025	(-) 31.468
SC	342.354	309.748	(-) 32.606	193.448	204.483	11.035
RS	389.849	286.517	(-) 103.332	384.043	381.043	(-) 3.000
	9.133.348	8.024.098	1.820.400 -	7.273.345	11.163.942	61.181 -
			711.150 +			3.951.778 +

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	9.133.348
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	8.024.098
DIFERENÇA.....	1.109.250
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	1.820.400
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	711.150
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	7.273.345
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	11.163.942
DIFERENÇA.....	(-) 3.890.597
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	3.951.778
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	61.181
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	5.772.178
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL ...	772.331
TOTAL GERAL.....	6.544.509

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

MF

ES

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	481	481	66	18	(-) 48
AM	5.544	16.414	10.870	1.500	691	(-) 809
PA	3.818	16.576	12.758	8.242	14.777	6.535
RO	524	2.221	1.697	155	25.187	25.032
MA	2.633	1.924	(-) 709	6.586	7.700	1.114
PI	1.160	340	(-) 820	1.816	4.999	3.183
CE	7.314	6.894	(-) 420	10.640	16.033	5.393
RN	2.774	8.921	6.147	8.697	5.950	(-) 2.747
PB	1.910	5.888	3.978	7.617	7.843	226
PE	11.955	9.743	(-) 2.212	35.123	27.282	(-) 7.841
AL	684	676	(-) 8	2.622	4.048	1.426
SE	364	1.284	920	1.783	18.141	16.358
BA	117.904	175.424	57.520	89.426	92.990	3.564
MT	295	1.503	1.208	719	1.142	423
MS	90	445	355	769	1.140	371
GO	376	6.355	5.979	3.362	5.389	2.027
DF	614	1.935	1.321	2.110	4.526	2.416
MG	404.322	313.390	90.932	277.642	229.802	(-) 47.840
ES	-	-	-	-	-	-
RJ	246.411	358.118	111.707	-	-	-
SP	782.634	638.417	(-) 144.217	463.796	574.789	110.993
PR	50.578	34.380	(-) 16.198	46.968	36.752	(-) 10.216
SC	54.857	87.010	32.153	12.353	11.122	(-) 1.231
RS	82.465	55.885	(-) 26.580	33.798	34.079	281
	1.779.226	1.744.224	282.096	1.015.790	1.124.400	70.732
			247.094			179.342

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.779.226
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	1.744.224
DIFERENÇA.....	35.002
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	282.096
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .....	247.094
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	1.015.790
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	1.124.400
DIFERENÇA.....	(-) 108.610
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	179.342
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .....	70.732
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	461.438
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .....	317.826
TOTAL GERAL.....	779.264

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANCA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	1	0		3.628	1.129	(-) 2.499
AM	166.826	0		76.889	10.062	(-) 66.827
PA	21.537	0		67.860	117.379	49.519
RO	1.203	0		2.394	3.353	959
MA	44.309	0		31.178	48.469	17.291
PI	8.206	0		19.708	30.098	10.390
CE	76.194	0		127.624	146.883	19.259
RN	33.295	0		37.722	45.596	7.874
PB	30.494	0		39.625	40.351	726
PE	164.753	0		313.877	260.559	(-) 53.318
AL	19.813	0		27.521	34.216	6.695
SE	19.000	0		30.423	42.827	12.404
BA	402.899	0		259.999	287.242	27.243
MT	6.359	0		20.869	33.847	12.978
MS	16.076	0		32.823	38.479	5.656
GO	5.008	0		22.237	119.996	97.759
DF	27.399	0		106.347	164.274	57.927
MG	1.775.656	0		1.017.704	961.920	(-) 55.784
ES	483.769	0		358.118	246.411	(-) 111.707
RJ	-	-	-	-	-	-
SP	8.409.877	0		4.494.684	4.434.121	(-) 60.563
PR	648.552	0		395.350	320.538	(-) 74.812
SC	722.379	0		190.852	190.908	56
RS	1.143.303	0		794.379	622.099	(-) 172.280
			-	8.471.811	8.200.757	597.790
			+			326.736

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	---
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	---
DIFERENÇA.....	---
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	---
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	---
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	8.471.811
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	8.200.757
DIFERENÇA.....	271.054
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	326.736
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	597.790
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	326.736
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL...	597.790
TOTAL GERAL.....	924.526

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

## BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	5.810	29.620	23.810	33.855	20.225 (-)	13.630
AM	556.598	1.933.702	1.377.104	953.880	75.626 (-)	878.254
PA	134.291	250.531	116.240	433.274	806.764	373.490
RO	10.011	107.131	97.120	47.639	68.872	21.233
MA	56.495	61.576	5.081	239.493	352.914	113.421
PI	24.172	23.198	(-) 974	118.134	189.685	71.551
CE	324.513	286.230	(-) 38.283	652.952	876.307	223.355
RN	151.541	133.689	(-) 17.852	234.009	273.377	39.368
PB	101.282	71.334	(-) 29.948	188.973	267.778	78.805
PE	988.358	796.812	(-) 191.546	1.758.341	1.927.452	169.111
AL	77.959	80.986	3.027	165.915	226.582	60.667
SE	81.243	104.956	23.713	136.828	238.460	101.632
BA	2.928.454	2.704.547	(-) 223.907	1.299.902	2.136.650	836.748
MT	92.299	169.802	77.503	273.789	619.921	346.132
MS	416.720	622.055	205.335	486.502	849.586	363.084
GO	92.629	893.949	801.320	166.806	1.419.452	1.252.646
DF	37.277	68.696	31.419	533.420	823.633	290.213
MG	5.987.735	4.996.942	(-) 990.793	4.750.340	6.309.052	1.558.712
ES	574.789	463.796	(-) 110.993	638.417	782.634	144.217
RJ	4.434.121	4.494.684	60.563	(*)	-	-
SP	-	-	-	-	-	-
PR	4.192.762	2.646.296	(-) 1.546.466	5.009.518	4.609.014 (-)	400.504
SC	2.144.610	1.556.537	(-) 588.073	1.873.376	2.093.308	219.932
RS	3.671.282	2.401.595	(-) 1.269.687	5.445.056	5.135.712 (-)	309.344
	27.084.951	24.098.664	5.008.522 -	25.440.419	30.103.004	1.601.732 -
			2.822.235 +			6.264.317 +

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	27.084.951
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	24.098.664
DIFERENÇA.....	2.986.287
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	5.008.522
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .....	2.822.235
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	25.440.419
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	30.103.004
DIFERENÇA.....	(-) 4.662.585
I -MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	6.264.317
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL ..	1.601.732
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	11.272.839
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .....	4.423.967
TOTAL GERAL.....	15.696.806

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

PR

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	125	125	788	984	196
AM	27.252	50.559	23.307	15.758	3.985	(-) 11.773
PA	9.101	29.370	20.269	13.062	39.173	26.111
RO	5.314	42.662	37.348	6.413	24.334	17.921
MA	3.571	5.994	2.423	8.245	14.754	6.509
PI	2.775	3.755	980	7.901	19.212	11.311
CE	31.755	27.984	(-) 3.771	21.208	41.760	20.552
RN	10.364	10.204	(-) 160	8.387	14.851	6.464
PB	6.251	4.206	(-) 2.045	29.061	40.096	11.035
PE	27.763	24.565	(-) 3.198	94.455	124.896	30.441
AL	6.131	7.020	889	11.861	18.453	6.592
SE	1.260	2.620	1.360	6.757	19.075	12.318
BA	52.606	70.687	18.081	47.646	83.543	35.897
MT	90.913	449.486	358.573	21.264	104.115	82.851
MS	175.276	546.132	370.856	69.177	175.999	106.822
GO	586	45.380	44.794	6.842	59.732	52.890
DF	5.511	5.094	(-) 417	15.071	42.345	27.274
MG	280.025	311.493	31.468	301.461	371.591	70.130
ES	36.752	46.968	10.216	34.380	50.578	16.198
RJ	320.538	395.350	74.812	-	648.552	648.552
SP	1.609.014	5.009.518	400.504	2.646.296	4.192.762	1.546.466
PR	-	-	-	-	-	-
SC	630.051	725.454	95.403	1.035.286	1.345.530	310.244
RS	736.008	706.981	(-) 29.027	633.171	709.731	76.560
	7.068.817	8.521.607	38.618 -	5.034.490	8.146.051	11.773
			1.491.408 +			3.123.334

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	7.068.817
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	8.521.607
DIFERENÇA.....	(-) 1.452.790
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	38.618
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL ..	1.491.408
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	5.034.490
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	8.146.051
DIFERENÇA.....	(-) 3.111.561
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	3.123.334
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL ..	11.773
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	3.161.952
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL ..	1.503.181
TOTAL GERAL.....	4.665.133



## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984 Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	2.048	2.048	952	207	(-) 745
AM	7.056	14.978	7.922	19.862	1.175	(-) 18.687
PA	8.266	7.895	(-) 371	23.521	48.823	25.302
RO	456	8.730	8.274	2.314	2.114	(-) 200
MA	1.264	2.405	1.141	11.140	17.033	5.893
PI	7.539	8.189	650	7.060	17.939	10.879
CE	33.624	29.484	(-) 4.140	36.160	71.602	35.442
RN	16.813	90.985	74.172	42.224	45.249	3.025
PB	15.061	22.698	7.637	16.688	25.500	8.812
PE	65.612	49.530	(-) 16.082	119.992	159.265	39.273
AL	11.513	11.751	238	13.913	19.132	5.219
SE	1.124	5.859	4.735	12.637	21.048	8.411
BA	56.913	63.600	6.687	107.351	145.559	38.208
MT	11.859	36.519	24.660	10.373	29.687	19.314
MS	79.807	62.188	(-) 17.619	18.412	33.852	15.440
GO	508	20.412	19.904	6.494	51.423	44.929
DF	1.003	1.560	557	31.227	97.128	65.901
MG	204.483	193.448	(-) 11.035	309.748	342.354	32.606
ES	11.122	12.353	1.231	87.010	54.857	(-) 32.153
RJ	190.908	190.852	(-) 56	-	-	-
SP	2.093.308	1.873.376	(-) 219.932	1.556.537	2.144.610	588.073
PR	1.345.530	1.035.286	(-) 310.244	725.454	630.051	(-) 95.403
SC	-	-	-	-	-	-
RS	1.027.097	768.438	(-) 258.659	837.319	848.752	11.433
	5.190.866	4.512.584	838.138	3.996.388	4.807.360	147.188
			159.856			958.160

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	5.190.866
ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	4.512.584
DIFERENÇA.....	678.282
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	838.138
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	159.856
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES.....	3.996.388
SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO.....	4.807.360
DIFERENÇA.....	(-) 810.972
-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	958.160
-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	147.188
RESUMO GERAL	
TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO.....	1.796.298
TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL.....	307.044
TOTAL GERAL.....	2.103.342

## ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS UNIDADES

## BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL - ANO 1984

Em Cr\$ milhões

UNIDADES	ENTRADAS			SAÍDAS		
	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO	INFORMAÇÃO DAS UNIDADES	INFORMAÇÃO DO PRÓPRIO	RESULTADO
AC	0	329	329	2.267	980	(-) 1.287
AM	64.835	59.717	(-) 5.118	29.229	7.544	(-) 21.685
PA	17.414	29.235	11.821	21.094	67.745	46.651
RO	360	6.653	6.293	2.325	3.524	1.199
MA	3.522	11.511	7.989	9.746	19.883	10.137
PI	3.228	3.046	(-) 182	7.662	14.289	6.627
CE	32.100	35.533	3.433	63.007	74.089	11.082
RN	13.788	14.476	688	14.224	24.051	9.827
PB	7.121	19.960	12.839	13.187	30.444	17.257
PE	73.619	72.429	(-) 1.190	158.839	185.872	27.033
AL	4.482	5.835	1.353	13.058	18.979	5.921
SE	5.663	26.969	21.306	15.603	20.308	4.705
BA	107.145	134.641	27.496	177.375	226.842	49.467
MT	4.601	14.657	10.056	9.400	35.893	26.493
MS	10.880	32.442	21.562	16.873	38.378	21.505
GO	10.663	49.165	38.502	9.728	72.469	62.741
DF	1.494	22.103	20.609	24.605	79.712	55.107
MG	381.043	384.043	3.000	286.517	389.849	103.332
ES	34.079	33.798	(-) 281	55.885	82.465	26.580
RJ	622.099	794.379	172.280	0	-	-
SP	5.135.712	5.445.056	309.344	2.401.595	3.671.282	1.269.687
PR	709.731	633.171	(-) 76.560	706.981	736.008	29.027
SC	848.752	837.319	(-) 11.433	768.438	1.027.097	258.659
RS	-	-	-	-	-	-
	8.092.331	8.666.467	94.764	4.807.638	6.827.703	22.972
			668.900			2.043.037

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES..... 8.092.331

ENTRADAS NO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO..... 8.666.467

DIFERENÇA..... (-) 574.136

-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO..... 94.764

-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL..... 668.900

SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES OUTRAS UNIDADES..... 4.807.638

SAÍDAS DO ESTADO SEGUNDO DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO..... 6.827.703

DIFERENÇA..... (-) 2.020.065

-MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO..... 2.043.037

-NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL..... 22.972

## RESUMO GERAL

TOTAL MERCADORIAS DESVIADAS DO SEU DESTINO..... 2.137.801

TOTAL DE NOTAS FISCAIS DE PROCEDÊNCIA ILEGAL .. 691.872

TOTAL GERAL..... 2.829.673

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, como Líder do PDS.

**O SR. JORGE KALUME** (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Causou-me surpresa e espanto o noticiário de uma nova “descoberta” sobre a verdadeira história da descoberta do Brasil, assunto comentado pelo articulista de O Globo A. Gomes da Costa em sete de março corrente, nos seguintes termos:

## “DESCOBRIMENTO DO BRASIL

A. Gomes da Costa

Dentro de 14 anos estaremos a comemorar, com pompa e circunstância, o meio milênio do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: naquela 4ª feira, 22 de abril de 1500, rezam os cronistas, foi visto “um grande monte, muito alto e redondo”, ao qual pôs o capitão-mor o nome de Monte Pascoal.

Com a idéia, não está muito de acordo o ilustre Prefeito do Cabo, município situado a 32 Km de Recife. Tanto assim é que depois de ler Pereira da Costa e Capistrano de Abreu, foi consultar “probanzas” e planisférios e decidiu resgatar o passado histórico, declarando, “urbi et orbi”, que foi Vicente Yañez Pinzón, intrépido navegador de Castela, quem, pela primeira vez, “pisou em solo cabense”.

Em sinal de júbilo, sua senhoria enfeitou as ruas da cidade neste 26 de fevereiro, o grupo folclórico “Caboclinhos Caipós” dançou, com trajes típicos dos caetés, na praça principal; houve beberete e o Cônsul da Espanha viajou especialmente ao Cabo para descerrar a placa alusiva à retificação histórica: “Viva Pinzón, descobridor do Brasil”.

Se ainda fosse vivo, o velho e céptico Machado de Assis escreveria, em suas crônicas fluminenses, que estamos perante uma briga das províncias: há alguns anos, foi o Secretário da Cultura do Ceará que pleiteou a primazia do desembarque do navegador nas praias nordestinas; depois foi o Rio Grande do Norte que reivindicou para o fidalgo Alonso de Hojeda, a serviço de Castela, a glória de chegar a solo brasileiro antes dos portugueses; e ainda tivemos Diego de Lepe e Alonso Vellez de Mendoza, que também teria alcançado o Cabo de Santo Agostinho e descido a costa para o Sul, na opinião de alguns antes de terem dado conta de que pelo Tratado de Tordesilhas estavam metidos dentro dos limites pertencentes à Coroa de El-Rei D. Manuel, de Portugal. E já não falamos de Américo Vespúcio, desacreditado pelas mentiras, nem das pretensões francesas, que também as há, segundo as quais um certo Jean Cousin teria chegado a terras brasileiras, antes do senhor de Belmonte, e à América, antes de Colombo, embora nem a Corte de Paris tomasse conhecimento dos seus feitos e aventuras.

Enquanto disputa regional, os baianos não se alteram: Porto Seguro continua a ser santuário da nacionalidade e se navios castelhanos, como diria o Visconde de Varnhagem, andaram costeando para o Norte as “terras de Santa Cruz”, antes da armada cabralina fundear no litoral Atlântico, “tudo isso não produziu nenhum resultado de consequência”.

Por outro lado, podemos dizer que as solenidades promovidas pelo alcaide do Cabo — desde o içar da bandeira espanhola às danças indígenas dos “Caboclinhos Caipós” — em nada afetam os trabalhos que já existem de diversos autores, dos quais nos limitariamos a citar os de Duarte Leite, na “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, e os do Prof. Damião Peres, que comprovam cientificamente e com base em documentos (não em descrições fantasiosas ou em palpites do gabinete) que o suposto descobrimento espanhol das costas setentrionais brasileiras não passa de um equívoco que tem como origem remota a própria diferença na conceituação da política de descobrimentos por parte dos portugueses e castelhanos: estes, em suas descrições, a entrar pelo imaginário, a contar vantagens

e façanhas e aqueles a guardar segredo, a manter a sobriedade e o silêncio, escondendo os “mapamundi” de Pero Vaz Bisagudo e as cartas de marear, desde a Escola de Sagres.

Decerto não vale a pena recomendar ao Prefeito do Cabo que tome conhecimento das conclusões mais recentes sobre as viagens de Pinzón — os erros quanto à passagem do Equador; a confusão estabelecida entre o Cabo de Santo Agostinho e o Cabo de Santa Maria de la Consolación; a troca da foz do Orinoco pela do Amazonas; os enxertos cartográficos nos mapas de Juan de La Cosa, etc. Enfim, todas essas pesquisas são incômodas e a leitura das provisões e alvarás levaria tempo. Ao invés disso, lembremo-lhe apenas, que, a partir da História de Handelman, poderia sair à procura de outros aventureiros mais antigos do que Pinzón: descobrir inscrições rúnicas no Piauí ou desenhos antigos em rochas encontradas às margens do rio Japurá, na bacia do Amazonas. Colocando de lado, entretanto, o confronto entre os Estados e as celebrações do Prefeito, “gastodas y pobres”, como os resultados da expedição de Pinzón que depois de descobrir “seiscentas léguas de tierra firme allende de muchas islas”, voltou a Castela pedindo clemência régia para as suas dívidas, resta-nos aguardar que o Governo da Espanha designe um historiador para estudar o assunto em profundidade, pois, segundo o Cônsul em Recife, existem muitos documentos que ratificam a tese.

Caramba! Durante quase 500 anos, nem Oviedo, nem Pedro Martir, nem Navarrete, nem outros cronistas e investigadores conseguiram chegar a esses documentos comprobatórios da presença de Pinzón no litoral pernambucano. Apareceram agora de repente — e foi ao som de atabaques e de apitos, que se fez o anúncio. É o caso de dizer como o cavaleiro da Casa de El-Rei D. João II: — “e por não alargar mais a matéria, deixo de dizer as particularidades...”

Cícero, o historiador romano, se ressuscitasse, certamente teria que rever o seu conceito, quando escrevera que “A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a anunciadora da antiguidade”.

E quando vejo esse entusiasmo de algumas pessoas, querendo eclipsar a verdade histórica já fixada no espírito e na consciência de todos nós, herdada de nossos antepassados que viram e participaram da incomparável epopeia devidamente documentada, também isso me faz lembrar Alexandre Herculano: “O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o espírito; mas é péssimo conselheiro do historiador”.

Fica, pois, esta literal advertência aos nossos patrícios que, levados por um impulso accidental, queiram alterar os rumos da nau histórica ou da galeota que veio ancorar em Porto Seguro, hoje topônimo da cidade baiana que é a certidão de nascimento do Brasil.

Jamais esse ato verdadeiro do feito cabralino, em tempo algum nestes 486 anos de tradição, foi contestado. Pelo contrário, cada vez mais se sedimenta, enraíza-se ante a sua pureza cristalina.

O Brasil foi descoberto pelo pequenino-grande Portugal, através do seu eminente almirante Pedro Álvares Cabral, que recebeu a missão de descobrir novas terras; como Cristóvão Colombo, seu símile genovês, que por ordem do rei da Espanha descobriu a América em 1492.

A tese do escritor Jaime Raposo Costa, em “A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil”, livro publicado pela Editora Thesaurus em 1985 é digna de ser lida e meditada e adiciona informações sobre o assunto.

E o historiador brasileiro vice-Almirante Joao Carlos Caminha, em seu livro “História Marítima”, afirma acertadamente que “depois dos vikings, os portugueses foram os primeiros que lançaram as vistas para a imensidade do Oceano Atlântico”.

Tantos feitos realizou Pinzón e outros navegadores espanhóis, que esse não lhe fará falta. E tantos outros navegadores ilustres têm empreendimentos que inscreveram seus nomes na História como Vespúcio, Cortez, Pizarro, Deí Cano, Narvaez, Ayolas, De soto, Balboa, e até Orellana. Que interesse existe em rever um fato que já es-

tá inscrito em definitivo nos anais da América e da Europa, mesmo porque é um fato histórico puro!

“A história — escreveu Ortega y Gasset — é a realidade do homem. Outra não há. Nela chegou a se fazer tal como é. Negar o passado é absurdo e ilusório, porque o passado é o natural do homem que volta a galope. O passado está aí e não tomou o trabalho de passar para que o neguemos, mas para que nos integremos nele.”

A Espanha, país amigo e irmão, tem seus grandes méritos no campo das descobertas realizadas nas Américas do Norte, do Sul e Central, o que é digno de todos os nossos encômios.

O fato, pois, do descobrimento do Brasil por Portugal, é a realidade da história, indelével pela verdade com que se realizou.

Eram estas as minhas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder do PSB.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicialmente quero fazer uma colocação que me parece justificada, em razão de ter sido a minha primeira presença na seção do Diário do Congresso Nacional, quando da sua instalação: a omissão do meu nome na lista dos Senadores presentes: entendo que talvez pelo fato de funcionários ainda não me conhecerem é que houve, na realidade, essa omissão, a qual apenas coloco neste momento, para evitar que venha novamente a se reproduzir.

Outro fato, Sr. Presidente, que me parece há de ser revisto pela Mesa Diretora é que no “Diário” do Senado, na parte referente à constituição da Mesa das lideranças, das vice-lideranças, continua a ser impresso o *caput* do ano passado, porque vemos aqui ainda constar o nome, na liderança do Partido Democrático Trabalhista, do eminente Senador Roberto Saturnino, constar ainda, o nome do Senador Jaison Barreto como integrante da Vice-Liderança do PMDB e não constar a Liderança do PSB, da qual muito me orgulho de ser o seu representante.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, lendo os jornais, constatei um fato que me causou preocupação. Trata-se de matéria paga por empresas nacionais que comerciam com café, denunciando a Empresa Melita, uma multinacional instalada em São Paulo com subsídio do Governo, como se já estivesse havendo um choque entre as empresas nacionais e a referida empresa. Isto muito me preocupa, porque o fato de determinadas multinacionais se instalarem com subsídios neste País, neste momento, está criando problemas para as empresas nacionais, como no caso específico do café. Espero que o Governo tome providências, para evitarmos, talvez, até um *lockout*, até a falta de mercadorias nos supermercados, deixando a população em situação de extrema dificuldade.

Sabíamos que a emissão do pacote traria uma série de problemas que teriam que ser enfrentados posteriormente. No nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, alertamos para o risco da falta dos gêneros alimentícios.

Vimos, ontem, o Governo enfrentando o problema da carne, para evitar a falta desse produto, e para que houvesse esse acordo, o Ministro Dilson Funaro necessitou declarar que importaria carne caso não fosse a mesma colocada no mercado.

Há grandes riscos de não termos, na realidade, a estabilidade econômica que todos nós desejamos se não houver também uma nova direção da agricultura nacional. Sabemos que em grandes áreas agricultáveis deste País são plantados produtos que estão valorizados no comércio internacional. Vez ou outra verificamos a abundância da safra da soja, vez ou outra; em razão do subsídio do PROÁLCOOL, em extensas áreas só se planta cana-de-açúcar, e agora, com a valorização do café no mercado internacional, verificamos uma nova direção no sentido de se voltar a plantar novamente o café.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Com o maior prazer, nobre Senador.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador Jamil Haddad se voltarmos as vistas para um passado não muito

remoto, vamos encontrar uma situação que deveria estar sendo objeto da nossa reflexão com as medidas recentemente tomadas pelo Governo. V. Ex<sup>a</sup> assistiu, como todos nós, as consequências da inflação galopante que resultou a premiar o capital a níveis tais, tornando-se praticamente proibitivos os investimentos neste País. Agora, o Governo Federal, ao baixar esse decreto, inequivocamente um decreto corajoso, coloca em termos claros que está-se travando uma guerra de vida ou morte, quer dizer, é tudo ou nada, onde não vejo como possa a empresa nacional, descapitalizada como está, fazer face à competição que irá sofrer com as empresas estrangeiras, que têm, acesso ao crédito, pelo menos por um ano, a juros muito mais baratos do que aqueles vigentes no mercado. Então, essa história que aí está de que permitiu-se que os bancos chegassem a ostentar o luxo de comprarem os pontos comerciais mais caros de todas as cidades, de terem as agências mais suntuosas, os móveis mais sofisticados e a abertura de agências como se fossem botequins para vender cachaça — basta ter um campo de futebol, uma capela e uma venda, ali há uma agência bancária, essa foi, mais ou menos, a regra que se instituiu através do processo de inflação continuada do Brasil — eu não vejo, nobre Senador, como realmente possam os bancos, mantendo a estrutura caríssima e até agressiva à pobreza brasileira, mantendo o luxo, inclusive dos programas de televisão, os programas de noticiários mais caro são normalmente financiados e custeados pelos bancos, isso para fazer propaganda de uma mercadoria que nunca tiveram bastante na prateleira para atender a demanda, neste País onde o tomador de dinheiro oferece até a alma como garantia para obter o financiamento. Com tudo isso chegamos ao fausto bancário em que estamos vivendo, e agora vem o risco da competição das empresas estrangeiras mais fortes, pagando juros que representam 1/5 a 1/6 dos juros praticados no mercado interno, vêm aqui com dinheiro emprestado, porque não vão trazer capital de risco, porque o nosso nacionalismo xenófobo nos levou a ter uma lei de remessa de lucros com vinte e quatro anos de idade e duzentos e quarenta de iniquidades nas costas, uma lei que estabeleceu uma remessa de lucro de 12%, mesmo quando os juros internacionais estiveram num patamar de 24 a 25%, queríamos nós que viesse capital estrangeiro para cá. Veio, mas sob a forma de empréstimo, não sob a forma de capital de risco. Agora, inverteu-se o quadro, virá sob empréstimo porque convém, porque a remuneração é mais barata. Antes vinha sob a forma de empréstimo porque podiam remeter os juros contratados de 24 a 30% no mercado internacional; agora, continuará a vir sob empréstimo porque, realmente, agora é um grande negócio, porque os juros estão muito mais baixos. Da vez anterior, quando fomos tirar a carta de valente, de romper com o FMI como se fosse possível romper com o auditor, mas para satisfazer o nosso nacionalismo exaltado, rompeu-se, e a solução que se encontrou foram as tristemente famosas operações swap. E V. Ex<sup>a</sup> assistiu a industrialização no Brasil, ferros-velhos, empresas que não trouxeram dinheiro e os dólares e os macos que trouxeram depositavam no Banco do Brasil; retiravam em cruzeiro; daí 5 anos voltavam e devolviam o cruzeiro erodido pela inflação e retiravam seus marcos e seus dólares intactos e imunes à corrosão da inflação. Tenho notícia até de uma dela que naquela época não trouxe nem mesmo marco nem dólar; trouxe uma cambial avalizada e com ela, entretendo à antiga SUMOP, retirou os cruzeiros, construiu as suas fábricas, implantou suas indústrias e com os lucros obtidos, num curto espaço de tempo, num mercado com uma demanda enorme a ser atendida, em poucos dias pagou. Tivemos um parque industrial implantado, remetendo lucros, é verdade, mas na realidade, também muitas dessas fábricas que para aqui se instalaram não vieram senão desfrutar das benesses momentâneas criadas pelo governo daquela época, como consequência da sua valentia de romper com o Fundo Monetário Internacional. A essa altura, quando vejo, hoje, no noticiário que vamos impor aos nossos credores, tenho receio que venhamos novamente a ter que pagar muito caro por essa nossa valentia, e começarmos, a pretexto de valente, a não conduzirmos inteligentemente as medidas que até aqui já foram tomadas, e começarmos com concessões demagógicas, como aquelas ainda ontem anunciadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, quanto ao primeiro passo da indexação com os chamados 60% dos salários.

V. Ex<sup>a</sup> fala da competição desigual promovida por uma empresa estrangeira implantada com subsídios neste País, e efetivamente não temos tido nós, os homens públicos, o discernimento, a coragem e a bravura moral para impedir as mazelas e os desmandos que ainda há pouco escandalizavam V. Ex<sup>a</sup>, quando lhe mostrava que o "Coitadismo municipalista", esse realejo e essa orquestração que muitos políticos de boa-fé e mal informados nele ingressam e fazem coro, para dar mais dinheiro aos municípios, e temos dado e a um ponto, a um nível que indicam as estatísticas e os números oficiais publicados, um incremento de 244 mil por cento nas receitas, superando de longe o também absurdo incremento verificado na União e nos Estados, mas também se permitindo, os prefeitos, na esteira dos maus exemplos ditados pela República e pelos próprios governos estaduais, irem muito além dos abusos cometidos com o dinheiro do contribuinte praticados pela União e pelos Estados, chegando eles, no caso, a um empreguismo de se cometer um incremento de 306.000%. Vale dizer, 6 vezes — estou repetindo aquilo que já é do conhecimento da Casa — que é 6 vezes das despesas de custeio, quando absurdamente, só num espaço de 15 anos obtiveram um incremento de 5 vezes na receita, correspondendo a 5 vezes, repito, aquilo que ocorreu com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Desculpe-me V. Ex<sup>a</sup> por ter-me alongando tanto, mas o assunto é realmente momentoso e precisa, cada vez, ser cuidado por homens competentes, como sói ser V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Não há dúvida, nobre Senador Benedito Ferreira.

Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup> chegou, mais ou menos próximo do enfoque que eu colocaria. Sabemos que a política do Governo Federal para pagar os juros da dívida era e é a exportação, a qual é subsidiada. Como não há dinheiro para pagá-la, jogam-se títulos no mercado ou roda-se a guitarra. Causa de inflação incontestável. Há de se estudar, imediatamente, esse fato, para que o plano econômico, do qual sempre tivemos esta idéia, pois, como socialistas, achamos que cabe ao Governo agir, cabe ao Estado agir sobre a economia, para evitar-se chegar aonde chegamos. Achamos nós, que apesar dessa política de exportação que deixava um saldo, um superávit na balança, dinheiro que não era recebido nem nós sabíamos onde se encontrava e que ficava apenas para o pagamento dos juros da dívida que não sabemos como foi contraída. Atrás disso tudo, tivemos que importar milhões de dólares de gêneros de primeira necessidade, arroz, feijão, milho. Inclusive fato que nos escandalizou, que o arroz importado da Tailândia era um arroz podre, sem condições de consumo e nada acontece com quem tomou essas providências. Temos que pensar, na realidade, nos gêneros de primeira necessidade neste País. Aí terá que ser embutida a reforma agrária, para que sejam, então, entregues a esses colonos as terras, a fim de que possam produzir gêneros de primeira necessidade, com auxílio e juros baratíssimos, com a criação de cooperativas para colocar os produtos no mercado, para que não tenhamos que novamente importar produtos, gastando milhares de milhões de dólares que não temos condições de gastar...

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a reforma nós a apoiamos, mas há necessidade — e quando no meu pronunciamento coloquei as dúvidas, dúvidas estas que posteriormente o próprio Ministro Sayad, a elas se referiu. Uma delas foi o pagamento dos juros da dívida, e a renegociação da dívida, Estado por Estado, ou, então, a coligação dos países devedores para negociarem esta dívida, porque não é possível se pagar uma dívida com a injustiça social flagrante que se observa neste País.

Temos que olhar o campo agrícola, neste momento e embutir uma reforma agrária. Temos que ver como evitar a evasão de dólares ao exterior. V. Ex<sup>a</sup> se referiu à Lei de Remessa de Lucros, que depois de 12 anos de luta foi aprovada no Congresso Nacional. E foi o primeiro ato a ser revogado, quando do Governo de Castello Branco. Foi, na verdade, nobre Senador Benedito Ferreira...

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Ex<sup>a</sup> labora em equívoco, a lei entrou em vigor em 1961 e permanece até hoje. Foi aprovada no Governo João Goulart.

**O SR. JAMIL HADDAD** — A Lei de Remessa de Lucros foi aprovada no Congresso Nacional, de autoria de

Sérgio Magalhães e Celso Brant foi revogado por ato do Presidente Castello Branco.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Está em vigor, ainda, Ex<sup>a</sup>!

**O SR. JAMIL HADDAD** — Está em vigor a nova Lei de Remessa de Lucros, favorecendo a remessa indiscriminada de lucros das multinacionais.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Não me socorre a memória, mas posso garantir a V. Ex<sup>a</sup> que a lei é de 1961, ela é anterior à Revolução.

**O SR. JAMIL HADDAD** — A lei é anterior e foi revogada em 1964. Isso eu posso lhe afirmar categoricamente.

E o que ocorre? Nós sabemos que, no campo da indústria farmacêutica, como exemplo, nós temos Merck, Sharp e Dohme do Brasil, Geigy do Brasil, empresas multinacionais aqui instaladas. Já que não temos e não permitem que a indústria química básica para os produtos farmacêuticos seja instalada no País, nós pagamos primeiro os royalties para a fabricação do produto na sua filial, no Brasil. E, posteriormente, a evasão desenfreada dos dólares, ao final do exercício. Nós temos que agir. Não sou daqueles xenófobos, daqueles nacionalistas que acham que não deve haver aqui o capital internacional. Mas acho que ele deve ser disciplinado. Caso contrário, as empresas nacionais irão à falência, dentro do espírito que V. Ex<sup>a</sup> aludiu. Elas têm o dólar, elas têm o dinheiro a custo muito baixo, enquanto as empresas nacionais eram obrigadas a conseguir o dinheiro com juros altamente escorchantes, não tendo condições de sobrevivência. Conhecemos o caso de mais de 40 laboratórios de produtos farmacêuticos nacionais, que pura e simplesmente se entregaram ao capital internacional, por não terem condições de poder competir com o mesmo.

De maneira, Sr. Presidente, que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> ter-me permitido superar o tempo, e aproveito para declarar o seguinte: atrás desse pacote econômico, nós esperamos que, de pacote em pacote, as justas reivindicações da população brasileira, no campo social, venham a ser realmente atendidas. Muito grato a V. Ex<sup>a</sup> (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — A Presidência informa ao nobre Senador Jamil Haddad que já determinou as providências necessárias às correções das falhas apontadas por S. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sampaio, pela Liderança do PMDB.

**O Sr. Severo Gomes** — Pela ordem, Sr. Presidente. Eu peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Após a palavra do Senador Cid Sampaio.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sampaio.

**O SR. CID SAMPAIO (PMDB — PE, Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trazem-me hoje à tribuna os problemas e as soluções implantadas no Brasil por decisão do Senhor Presidente da República, no dia 28 de fevereiro.

Na realidade, as medidas atenderam realmente ao interesse nacional.

Com a inflação em que estava vivendo o País, com o risco de hiperinflação, dificilmente nós conteríamos os problemas sociais se medidas drásticas não fossem tomadas.

Para essas medidas colaborou o Congresso Nacional. Quero lembrar aos Srs. Senadores que, ainda em dezembro de 1983, ao falar pela primeira vez, após tomar posse como Senador, sugeri uma série de medidas, ao lado de medidas que hoje constituem parte da legislação brasileira, através do pacote baixado por decreto do Senhor Presidente da República.

Propunha, naquela época, como medida complementar, a extinção da correção monetária, o tabelamento dos juros, o congelamento dos preços. Propunha, então, a anistia dos débitos fiscais e parafiscais das empresas, empresas que, naquela ocasião, fechavam suas portas e se debatiam dentro de um processo recessivo. Sugeri, ainda, que os débitos anistiados fossem incorporados ao capital daquelas empresas, "com o objetivo de criar fundos de participação para os empregados, criar o fundo de capitalização social, e que as ações decorrentes daquele

perdão fiscal permitiriam, na realidade, a integração da força do trabalho na estrutura produtiva do País”.

Neste trabalho publicado nos primeiros meses de 1983, transcrevendo o meu pronunciamento em dezembro de 1983, dizia:

“Com a vigência da correção monetária e da especulação financeira, envolvendo cada dia maior soma de recursos, o fato de conter a expressão monetária, os salários, só terá efeito de estimular a depressão econômica e a inflação, e a depressão em ascensão, que trarão para o País o colapso econômico.”

Dizia, então, que

“essas medidas só teriam efeito na hipótese de serem corrigidos e tabelados os juros e eliminada a correção monetária.”

Concluía:

“O fim da correção seria a interrupção dessa desordem em cadeia que vem gerando, simultaneamente, a inflação não monetária e a depressão.”

Posteriormente, Sr. Presidente, no fim de 1984, apresentava outro trabalho, como colaboração do Congresso, que sabia que não seria de fácil aplicação, e dizia, no livro em que fiz publicar esse pronunciamento que

“As medidas que serão propostas a seguir exigirão coragem, determinação, energia e colaboração do povo.”

Essas medidas foram tomadas pelo Senhor Presidente da República.

Apraz-me constatar que os resultados foram favoráveis e as sugestões que fazia então para

“Desindexar a economia, reduzir a correção monetária a um, fixar um dia “D” no qual todos os débitos e créditos sujeitos à correção monetária seriam corrigidos sem antecipar seus vencimentos, passando os juros a vigor, a partir desta data, no máximo de 12% ao mês. Que, a partir do dia “D”, todas as taxas de correção ficariam reduzidas a um, deixando, portanto, na realidade, de existir a correção monetária. Que nos contratos com vencimentos de valor prefixado, a remuneração contratual prevaleceria, incidindo, proporcionalmente ao tempo decorrido até o dia “D”, e, a partir dessa data, a remuneração superior a 12%, que seria o novo juro legal, não seria exigível porque seria considerada correção monetária.”

É exatamente a forma de calcular a tabela que o decreto do Governo pôs em vigor.

Portanto, a colaboração do Congresso, o trabalho encaminhado ao Presidente Tancredo Neves e, depois, ao Presidente Sarney, na realidade, empolgou o País, trouxe o povo para a rua, e, hoje, os brasileiros acreditam na realidade que será possível ao País recuperar-se e estabelecer as normas, não só de moralidade, como de justiça social, trazendo o progresso econômico.

Porém, Sr. Presidente, essas medidas não foram tomadas na sua totalidade.

Os juros continuam altos e os juros têm um efeito multiplicador sobre o custo das coisas. Se eles não forem tabelados talvez os próprios efeitos desse pacote tão útil, tão necessário e tão bem recebido pelo País, possam, na realidade, ser invertidos.

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminente Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CID SAMPAIO** — Com muita honra, Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — V. Ex<sup>a</sup> falou no contributo intelectual que membros deste Congresso haviam dado, justamente, para a tomada dessas medidas. Vê, então, V. Ex<sup>a</sup> a razão que tínhamos nós, no ano passado, quando solicitávamos o debate — os Anais da Casa estão aí para testemunhar — por parte da Bancada, a qual V. Ex<sup>a</sup> pertence, das diferentes soluções apresentadas para esses problemas, inclusive citávamos aquela de autoria de V. Ex<sup>a</sup>. Recordar-se? Bem, passam-se os tempos, essas medidas são tomadas — sabe V. Ex<sup>a</sup> melhor do que nós, por-

que V. Ex<sup>a</sup> pertence à situação — que é uma somatória, e ao mesmo tempo, de itens retirados da proposta do choque luterodexo de Bulhões, do choque ortodoxo de Chico Lopes e da chamada desindexação ou desinflação programada do Professor Fottmann aqui por nós tantas vezes citadas. Mas tudo isso, eminente Senador, a maioria dessas medidas estavam também na proposta de V. Ex<sup>a</sup>. E a recusa que a Bancada de V. Ex<sup>a</sup> sempre teve por ação de discutir justamente essas diferentes soluções, deu ao Congresso essa enorme desvantagem de se apresentar agora ao povo como uma proposta, como algo feito exatamente por sugestão do Executivo, como muito bem poderíamos ter contribuído, como, aliás, Sua Excelência o Senhor Presidente, em discursos variados, dizia que gostaria de ver sugestões no Congresso a respeito do assunto. Este era o aparte que eu queria dar a V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez demonstrando a singularidade, neste caso, da atitude de V. Ex<sup>a</sup> e do eminente Senador por São Paulo, Severo Gomes — por coincidência está à frente de V. Ex<sup>a</sup> — na discrepância que havia da política então seguida e mostrando soluções que, se não foram integralmente adotadas pelo Governo, em grande parte por ele encampadas. Era este o testemunho que eu queria dar. Acreditamos que essa lição sirva ao Congresso, para que discutamos aqui de coração aberto, sem paixões, os problemas importantes da Nação e não nos atenhamos àquela negativa obstinada de um silêncio como resposta, muitas vezes, há contribuições. Pelo menos, de nossa parte, seriam, se não válidas, pelo menos bem-intencionadas.

**O SR. CID SAMPAIO** — Senador Virgílio Távora, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, sempre tão interessado nos assuntos nacionais.

O atual Governo do Presidente José Sarney, ao assumir o poder, encontrou o País, primeiro, desacreditado externamente, comissões do FMI vasculhavam as contas brasileiras, entravam de pasta em todas as repartições do País, para pedir contas, para impor condições, para exigir cartas. A par disso, uma inflação de mais de 200% atormentava a vida do País, simultaneamente com um processo recessivo, que fechava as fábricas e levava ao desemprego. Evidentemente que, com tal herança, com obrigações a pagar por compra de equipamentos, Senador Virgílio Távora, armazenados em câmaras frigoríficas, que deverão ser instaladas no País depois de 1990. Compras enormes, absurdas, gastos suntuosos, evidentemente que um Governo não poderia, nos seus primeiros meses, dar solução a todos os problemas. Mas, mesmo antes desse pacote, Senador Virgílio Távora, o Brasil já tinha começado a crescer, os salários começavam a ser repostos nos seus verdadeiros níveis e, além disso, além do crescimento além da melhoria de vida do trabalhador, saneava-se, por exemplo, a Previdência que apresentava um buraco que, pela aparência, cabia o Brasil do lado de dentro que, com esforço, com o trabalho do novo Governo pôde, na realidade, vir a ser moralizada.

Tudo esse trabalho não podia ser feito de uma só vez. Recordo-me Senador Virgílio Távora, dessas análises feitas por V. Ex<sup>a</sup> com relação aos números apresentados ou publicados, às vezes, pelos jornais, e às vezes em documentos oficiais. E concordo com V. Ex<sup>a</sup>, em muitas ocasiões houve discordância entre esses números.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CID SAMPAIO** — Com muita honra, nobre Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — Parece que não foi bem entendido o nosso aparte aqui! Nós não viemos aqui blaterar contra medidas que deviam ter sido tomadas antes ou depois. Nós no momento, chamamos a atenção do Senado do fulcro do nosso aparte, do esplêndido momento que deixamos passar, quando convocados pelo próprio Poder Executivo para apresentar soluções, através do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento — senão uma, mas várias vezes — soluções à crise financeira, econômica, que nos afligia, nós deixamos — isso é que foi o fulcro do aparte. Não viemos aqui dizer qual a posição do Governo, se foi boa, se foi má, apenas dizemos que V. Ex<sup>a</sup>, deixamos, justamente de discutir e apresentar fruto do Trabalho Legislativo, do debate legislativo, também uma solução que não fosse de V. Ex<sup>a</sup>, não fosse do Senador Severo Gomes, não fosse de Fottmann com o Virgílio, não fosse disso, fosse uma solução fruto

do debate desta Casa. Esse é que é o fulcro do nosso pensamento. Nós não estamos aqui discutindo, e não vamos justamente divergir dos absurdos, divergir da Presidência. Um jornal dos mais conceituados do País, a *Folha de S. Paulo*, tem algumas — das notas publicadas por eminente repórter político e econômico, jurista dos mais brilhantes, onde assinalava bastante essa inapetência que, no momento, não sabemos porque razões teve a Bancada de V. Ex<sup>a</sup> justamente para discutir conosco e não fomos procurar diluir — ciência não tínhamos para tal — as soluções apresentadas, mas que o Congresso deixou de passar uma solução em uma ocasião excelente para discutir os problemas da Nação, e no caso esse problema específico, nós aqui devemos bater no peito e dizer *mea culpa, mea maxima culpa*.

**O SR. CID SAMPAIO** — Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — Não fomos discutir outra coisa.

**O SR. CID SAMPAIO** — Senador Virgílio Távora, esses assuntos foram discutidos, foram discutidos por V. Ex<sup>a</sup>, foram discutidos pelo Senador Severo Gomes, foram discutidos por vários Senadores aqui presentes, pelos ilustres Líderes do PMDB, do PFL e do PDS. Discursos aqui foram feitos, debates travados...

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminente Senador, só se estão, eu estou doido, desculpe-me a franqueza, porque vamos verificar os Anais desta Casa e queremos ver — V. Ex<sup>a</sup> vai nos permitir, a amizade que cultivamos, o conhecimento de longo tempo, vamos verificar quando foi solicitado discutir o choque ortodoxo, o choque heterodoxo, solução Nodiano, “Plano Larida...” Nunca foram aqui discutidos, permita-me dizer — V. Ex<sup>a</sup> apresentou em dois brilhantes discursos as suas concepções que em parte estavam certas, porque, pelo menos, para o seu governo foram válidas, tendo em vista que ele as aceitou. Mas a discussão que iríamos fazer aqui por motivos alheios à vontade de V. Ex<sup>a</sup>, acreditamos, que tantas vezes apazamos neste plenário, e estão aí os Anais do Senado, nunca se realizou.

**O SR. CID SAMPAIO** — V. Ex<sup>a</sup> não recebeu os apartes, nobre Senador Virgílio Távora?

**O Sr. Virgílio Távora** — Solicitamos, marcamos até um dia, uma data, outra, outra e mais outra e por motivos os mais diversos não foi possível à Liderança do PMDB vir aqui para discutir. Ver discursos por exemplo dos dias 10/5/85, 15/5/85 e os de outubro do mesmo ano. Estão aí os Anais do Senado... Isso nós dizemos não com crítica, mas com pena, porque um momento excelente como esse em que justamente membros eminentes da outrora Oposição e hoje Situação tinham opinião bem firmada e a nosso ver certa — em alguns pontos claro porque não podemos concordar com todas elas — sobre uma solução para a crise que afligia a nossa economia, o Senado se quedou, silenciou, não fez a discussão e os Anais da Casa estão aí para testar. Não sabemos se foi no tempo em que V. Ex<sup>a</sup> não compareceu aqui por motivos naturalmente outros. Mas, estão aqui os jornais, a testemunhar, ou dizendo mais claro, a *Folha de S. Paulo* constatou isso. Deixamos passar, inegavelmente, o momento em que, certo ou errado, poderíamos ter dado um contributo não individual, não de V. Ex<sup>a</sup>, não nosso, não do Senador Severo Gomes, mas o contributo do Parlamento para a solução desse problema.

**O SR. CID SAMPAIO** — Senador Virgílio Távora, permita-me, porque o meu tempo esgotar-se-á em breve. Senador Virgílio Távora, os discursos de V. Ex<sup>a</sup> serviram, estão aí nos Anais do Congresso e devem ter sido estudados e lidos como os dos demais Senadores. A função do Congresso e do Plenário é justamente essa. V. Ex<sup>a</sup> queixa-se talvez...

**O Sr. Virgílio Távora** — Não nos queixamos, lamentamos.

**O SR. CID SAMPAIO** — Ou salienta ou lamenta o fato de, em pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, não ter a Bancada do PMDB vindo aqui retrucar objetivamente o que V. Ex<sup>a</sup> dizia.

**O Sr. Virgílio Távora** — Perdão, mas não nos atribua esta...



Isso V. Ex<sup>as</sup> não fizeram, é fora de dúvida. Mas o que convidamos, não uma, mas duas, três vezes os Anais da casa estão aí para atestar...

**O SR. CID SAMPAIO** — V. Ex<sup>a</sup> convidou para um debate em plenário?

**O Sr. Virgílio Távora** — Convidei para um debate especificamente sobre as diversas soluções: o choque ortodoxo, o choque heterodoxo, a solução nodiano, a solução desse chamado "Plano Larida", do Lara Rezende, do Pêrsio Arida e outras que apareceram, inclusive citávamos pessoalmente Antônio Dias Leite e Cid Sampaio, se não me engano Cid Sampaio, Senador por Pernambuco, que tinha publicado o seu discurso e...

**O SR. CID SAMPAIO** — Mas, Senador Virgílio Távora, perdoe-me, essa é a função do Congresso.

**O Sr. Virgílio Távora** — A função do Congresso é discutir. Então, foram os dois chamados à discussão e não compareceram.

**O SR. CID SAMPAIO** — Foi exatamente o que acabei de dizer. V. Ex<sup>a</sup> falou sobre esses assuntos e esses assuntos ficaram nos Anais do Congresso. Agora, o fato de não estar presente um Senador, ou a Liderança do PMDB, para discutir com V. Ex<sup>a</sup> o que V. Ex<sup>a</sup> apresentava, eu poderia dizer que esta Casa hoje também está vazia. Isso acontece freqüentemente no Senado, inclusive o trabalho do Senado realiza-se nas Comissões.

A minha presença, hoje, na tribuna objetiva, na realidade, colaborar com o Governo na questão relativa aos juros. Evidentemente, a solução não é fácil. A situação a que chegaram as finanças no Brasil, os custos bancários, ou dos serviços bancário, se elevaram de tal modo que não é fácil corrigir. Todavia, se existem distorções, se existem, vamos dizer, ameaças de prejuízos eles estão aí, mas o prejuízo maior será permanecer com os juros altos, porque a permanência dos juros altos, se for corrigir distorções e cobrir prejuízos passados, esses prejuízos serão cobertos pela sociedade, mas estarão arrastando consigo os males da permanência de juros altos durante um período mais longo ainda.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CID SAMPAIO** — Com muita honra, nobre Senador Severo Gomes.

**O Sr. Severo Gomes** — Nobre Senador Cid Sampaio, eu acredito que V. Ex<sup>a</sup> está com inteira razão. Eu diria mais, que a permanência de juros nesse nível inviabiliza o êxito do ajuste da economia.

**O SR. CID SAMPAIO** — Concorro com V. Ex<sup>a</sup> O aparte vindo de V. Ex<sup>a</sup>, com o conhecimento que tem, vem realmente fortalecer a minha argumentação para que esse assunto seja estudado pelo Governo.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CID SAMPAIO** — Com muita honra, nobre Senador.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Apenas voltando um pouco ao problema levantado aqui pelo nobre Senador Virgílio Távora, eu acho que cabe aos Senadores manifestarem as suas opiniões pessoais também, não apenas apresentarem sugestões conjuntas provenientes de debates, mesmo porque V. Ex<sup>a</sup> aponta, como está apontado agora, algumas medidas que ainda se fazem necessárias para aperfeiçoar o chamado pacote econômico. Então, acredito que cada ministério o Governo como em todo, e também através da Casa Civil tem aqui no Senado os seus assessores exatamente para tomar ciência de que aqui se passa e levar ao conhecimento de seus ministros aquilo que é dito neste Plenário. Agora, não sei se os ouvidos do Executivo estão bem abertos para as sugestões que estão sendo feitas no Congresso. V. Ex<sup>a</sup> faz o seu trabalho, o seu estudo, apresenta as suas idéias, e as suas sugestões. Ao Executivo cabe ouvir ou não essas sugestões e achar que elas são convenientes ou não para a Administração. Acho que não só o trabalho conjunto, que é feito principalmente nas Comissões Parlamentares de Inquérito, nas outras Comissões de Trabalho — aí sim, um trabalho mais técnico, mais específico, mais de conjunto, inclusive é aprovado pela totalidade do Plenário quando

as sugestões são apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito — mas aqui no plenário também a sugestão individual de cada um deveria ser levada em consideração. Pelo menos deveria ser examinada pelo Executivo para ver se são válidas ou não. Este é um trabalho que eu acho é também do Congresso, pois esta Casa não pode ser considerada omissa nesta questão tão palpitante, tão necessária, que agora está sendo entusiasticamente recebida pela população, porque aqui no Congresso foram feitas muitas as manifestações a respeito do assunto, com diversas idéias apresentadas.

**O SR. CID SAMPAIO** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

Continuando com as minhas observações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente agora o tabelamento, o controle dos juros, irá encontrar uma oposição dos que vivem de juros, das casas que normalmente cobram juros, que são os bancos. Mas é preciso estar advertido de que essas medidas não significam, como às vezes se tem falado, o desejo, a vontade ou o pensamento de que é necessário estatizar bancos. As medidas devem ser tomadas, tendo em vista a necessidade de baixar juros, porque num processo capitalista não é possível a economia sobreviver a juros de 40% ao ano.

A incidência, o efeito multiplicador desses juros, no preço das mercadorias, através do capital de giro, necessário à reposição de estoques, finalmente, à movimentação das fábricas, é assustador. Agora mesmo para o Governo, talvez seja uma idéia a mais, se se pudesse amenizar a influência dos juros, evidentemente rebaixando-os, deixando de os cobrar por dentro, como se faz no desconto de títulos.

**O Sr. Jorge Kalume** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CID SAMPAIO** — Com muita honra, nobre Senador!

**O Sr. Jorge Kalume** — Gostaria de aproveitar a oportunidade para, primeiro, fazer votos para que as medidas adotadas pelo Governo alcancem êxito, porque ele será de todos nós, será da Nação brasileira. Em segundo lugar, quero evidenciar o trabalho magnífico que V. Ex<sup>a</sup> também apresentou a esta Casa no ano passado e, concomitantemente, o Senador Severo Gomes, com sua experiência de empresário com sói ser V. Ex<sup>a</sup>; o Senador Virgílio Távora, que por várias vezes ocupou esta tribuna, dando soluções para o problema econômico-financeiro brasileiro; o Senador Roberto Campos, o Senador Jutahy Magalhães, que aqui se encontra neste momento, e outros colegas, como o Senador de Santa Catarina, Lenoir Vargas que, como jurista, também apresentou trabalho digno de encômios. Acredito que a reunião desses esforços tenha contribuído para sensibilizar os técnicos para a apresentação desse trabalho que, por certo, trará resultados benéficos para todos nós. Assim, antecipadamente cumprimento V. Ex<sup>a</sup> 9, foi também um dos tributários da idéia que contribuiu para desaguar neste grande estuário da realidade a que todos nós aspiramos.

**O SR. CID SAMPAIO** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, e foi justamente isso que salientei: que todos esses trabalhos do Congresso levados e publicados nos Anais e na Imprensa devem ter contribuído para a formação de um pensamento dentro do Governo, que conduziu a este último pacote cujo resultado, hoje, constitui a esperança da grande maioria dos brasileiros.

Mas eu quero salientar, Sr. Presidente, para concluir, mais uma pequena sugestão: o custo dos juros, no faturamento das empresas, pesa terrivelmente. Basta dizer que se os juros e os impostos fossem cobrados por fora e não incluídos na fatura — o que seria possível através da emissão de um título simultâneo quando fossem emitidas duplicatas — numa mercadoria cujo preço de venda em uma fábrica fosse de mil cruzeiros, eles iriam representar 28,55%, ou seja, 285 cruzeiros. Todavia, basta que esses impostos sejam cobrados juntamente na fatura, incluídos na fatura, para que passem a representar 39,86%, sem contar os juros. E se se admitir um juro de 2% ao mês — um juro módico — num desconto de 30, 60 e 90 dias, a incidência dos juros, atingindo a parcela dos impostos, vai pesar 49,2% do custo da mercadoria. Talvez

fosse um caminho modificar, dentro do sistema tributário, a fórmula como hoje são cobrados os tributos, e se esses títulos separados não sujeitos a descontos, cobráveis quando fosse cobrada a duplicata, os juros também não incidiriam sobre eles, deixando de existir esse efeito multiplicador dos juros, incidir sobre os impostos e os impostos também pesarem sobre os juros, somando-se ambos ao custo da mercadoria.

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminentíssimo Senador, apenas um pedido, e não um aparte. V. Ex<sup>a</sup> poderia repetir, porque estamos achando bem interessante sua explanação?

**O SR. CID SAMPAIO** — Então, esses impostos pesam também e influem sobre os próprios impostos. Se uma mercadoria custa mil cruzeiros, os impostos hoje —

**O Sr. Virgílio Távora** — Claro.

**O SR. CID SAMPAIO** — Então, esses impostos pesam também e influem sobre os próprios impostos. Se uma mercadoria custa mil cruzeiros, os impostos hoje — admitindo-se o ICM, o IPI, o FINSOCIAL — representam aproximadamente 28,5%. Ora, 28,5% sobre mil que é o custo da mercadoria, se fosse cobrado simultaneamente, a mercadoria custaria mil e o imposto 28,55 cruzeiros. Ao passo que, se os impostos forem faturados conjuntamente com a mercadoria, se o desconto for feito por dentro, em lugar de 1.285 cruzeiros, pagar-se-ia 1.398 cruzeiros. Isso sem contar os juros do desconto do título, porque quando o valor dos juros também é incluído na fatura é na fatura já inclui o valor dos produtos, os juros pesam sobre o custo da mercadoria e sobre os tributos, e como tudo isso é contado no valor final da fatura, os tributos também pesam sobre o valor dos juros.

Esse efeito multiplicador é que provocava, como tive ocasião de salientar aqui no Senado, quando os juros chegaram a 18% ao mês, que em uma fatura que tivesse sofrido aumento de 1.000 cruzeiros, para cobrir essa quantia seria necessário cobrar 18 mil a juros de 18% ao mês, incidindo sobre os juros e sobre os impostos, ou seja, 18 vezes mais do que o aumento de custo da mercadoria.

Quero insistir, todavia, no problema bancário. É necessário que os bancos se advertam que a sociedade não suporta esses juros altos, principalmente em função desses efeitos multiplicadores.

É necessário encontrar uma solução, é necessário que os juros baixem, e na hora em que o Governo fixar o limite de juros de remuneração dos seus títulos a um nível baixo, suponhamos se o Governo fizesse à base de 7%, somando a isso o custo da administração do banco, chegar-se-ia ao juro máximo, acrescido de pequena parcela de lucro que o banco poderia cobrar aos seus clientes. Como estes custos estão altos? Primeiro, porque eles eram calculados e ainda são apresentados para justificar a sua altura sobre os depósitos à vista no banco, quer dizer, o dinheiro que se movimentava através do *over night* ou do *open market* não era considerado para cálculo percentual do custo operacional do banco — portanto, esse custo não é tão alto quanto se propala. Daí ser possível desde que, com as novas medidas, os depósitos à vista nos bancos tendem a crescer, os depósitos ou à vista ou a prazo, mas aqueles não vinculados à celeridade do processo do mercado financeiro, com isto poder-se-ia baixar os juros e, inicialmente, admitir custo operacional mais elevado, de antemão estabelecendo que esse custo operacional baixaria, suponhamos, dentro de 6 meses ou dentro de um ano. Mas os juros poderiam baixar bem mais, eles ficariam, talvez, nas proximidades da metade do que hoje é cobrado, que são os juros de 40%, que a economia não suporta.

Ainda como contribuição ao Governo, quero lembrar que é necessário encontrar um processo — talvez o sistema tributário possa resolver isso — da pressão que sofrem os agricultores, dos intermediários. O governo fixa os preços nas feiras, nos supermercados, nos terminais de distribuição; mas o atravessador vai buscar no agricultor, pois enquanto puder conservar o lucro que conservava, ele o conservará. No entanto, a conservação desse lucro vai comprimir o preço, principalmente, do

pequeno produtor. O que, inviabiliza a agricultura feita pelo pequeno produtor, pelo pequeno proprietário. Portanto, é outra medida que precisa ser pensada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eram essas as contribuições que gostaria de trazer. Mas antes de concluir o meu pronunciamento, quero comunicar aos Srs. Senadores que nos dias 3, 4 e 5 de abril, na Comissão de Relações Exteriores, serão recebidas Delegações das Comissões de Relações Exteriores de todos os países membros da ALADI, da América do Sul e também do México, onde pretendemos, a Comissão de Relações Exteriores e os representantes das Comissões de Relações Exteriores dos outros países, estudarmos a maneira de colaborar, através dos legislativos, com o pagamento da dívida, a maneira de podermos uniformizar o nosso comportamento para ajudar o Executivo a encontrar uma solução, pensamento que defendo há algum tempo e que propus recentemente, no Uruguai, na Reunião Extraordinária da Assembléia Parlamentar Latino-Americana, a integração da América ou dos países pertencentes à ALADI. Hoje em dia, quando as multinacionais e as transnacionais controlam e comandam o mercado de utilidades, principalmente os produtos de ponta, quando a produção desses produtos exige pesquisa e elevada tecnologia, os pequenos países — chamamos pequenos países, os países pobres — eles não poderão se beneficiar da existência dessas grandes empresas e não poderão competir com elas. Daí por que a Europa reuniu-se no Mercado Comum Europeu para tornar-se um mercado de vulto, de consumo tal que possa pesar dentro do contexto mundial e, ao mesmo tempo, uma potência econômica capaz de estruturar, somar, utilizar e condicionar essas empresas para que as pesquisas, a busca de novas tecnologias seja feita dentro do próprio país. Se nós sozinhos não podemos fazer isso, inclusive porque não constituímos mercado capaz de assegurar uma produção em escala que possa competir dentro do mercado mundial, se nós nos integrarmos dentro dos países da ALADI é possível que, distribuindo as atividades, as especialidades das indústrias de ponta, desses países integrados, como fez o Mercado Comum Europeu, nós possamos, na realidade, acompanhar o mundo e em lugar de servirmos exclusivamente às empresas multinacionais e transnacionais nós utilizarmos delas.

Foi essa a proposição que fiz nesse Congresso do Parlamento Latino-Americano e, para isso, propus a criação desse mercado comum, a criação de uma câmara de compensação, que desse liquidez às moedas desses países para as trocas entre eles, criando uma nova moeda latino-americana, de valor real, lastreada com ouro ou com prata, metais que são produzidos em todos os países membros da ALADI, com exceção do Uruguai. Portanto, essa moeda, com valor intrínseco, servindo de lastro nas operações de *clearings*, poderia, na realidade, propiciar a expansão do comércio entre os países da ALADI. E, mais do que isso, estou certo, que alguns países do Terceiro Mundo, especialmente os fornecedores de petróleo, que podem comprar o que hoje a América do Sul fabrica, subscreveriam cotas e se integrariam a esse mercado comum, nos permitindo talvez a importação de petróleo, ou a importação de matérias-primas, vindas desses países em troca dos produtos aqui fabricados, ou dos produtos existentes na região, como produtos minerais e matérias-primas. Espero, nessa reunião, chegar a um consenso entre os parlamentos latino-americanos, para que possamos, ao lado dos executivos de cada um dos nossos países, ajudarmos a procurar uma solução e uma forma, que realize essa integração, que é, talvez, o caminho dos pequenos países, para sobreviverem e crescerem dentro do mundo que hoje existe e que hoje se baseia na pesquisa, na nova tecnologia e num grande mercado de consumo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra, ao nobre Senador Severo Gomes para uma breve comunicação.

**O SR. SEVERO GOMES** (PMDB — SP. Para uma breve comunicação. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trago ao conhecimento da casa fato que reputo de extrema gravidade, pela ameaça que representa para nosso povo. Em resumo, os Estados Unidos preparam-se para exportar cerca de 500 milhões de dólares de drogas cujo uso não está autorizado em território americano.

As fontes que confirmam essa notícia são as melhores possíveis, Senhor Presidente. A revista "Chemical Week", 27 de novembro de 1985, em sua página 15, dá conta de que a Comissão para o trabalho e recursos humanos, do Senado dos Estados Unidos, aprovou o projeto S-1.848. Essa proposta autoriza a exportação de produtos químicos potencialmente mortíferos que não podem ser vendidos em território americano.

A tramitação desse projeto obedece a um plano elaborado pela Casa Branca, como retaliação a práticas comerciais consideradas lesivas aos interesses dos Estados Unidos. Como a nossa lei de informática, por exemplo. Esse plano se chama, "plano de ação de política comercial", e foi anunciado pessoalmente pelo Presidente Reagan, em 23 de setembro de 1985.

Nessa mesma data, a Casa Branca divulgou uma declaração sobre esse plano, que foi traduzida e distribuída aqui pela embaixada dos Estados Unidos. Ali se confirma, na página oito do documento, que um dos procedimentos para promover as exportações americanas é a "permissão a companhias norte-americanas para exportar novas drogas e produtos biológicos ainda não aprovados pela administração de drogas e alimentos, para países onde ainda podem ser vendidos legalmente".

Nos debates travados no Senado americano, as indústrias química e farmacêutica, interessadas no projeto, informaram que essas exportações representarão cerca de 400 ou 500 milhões de dólares por ano, e garantirão o emprego de 8 a 10 mil norte-americanos. Naturalmente, esses produtos poderão matar pessoas e animais, e danificar o meio ambiente, como bem notaram as vozes discordantes no próprio Senado dos Estados Unidos, mas as vítimas estarão longe, enquanto os lucros ficarão com os fabricantes dessas drogas.

Sr. Presidente, lamento imensamente não poder invocar, neste caso, a convenção de Genebra, que regula o tratamento dispensado aos inimigos, quando as nações estão em guerra. Os produtos químicos que os americanos não poderiam utilizar contra tropas inimigas vão ser lançados sobre povos amigos.

Para impedir que essa ameaça atinja o Brasil, Sr. Presidente, estou apresentando projeto de lei que impede a importação de drogas cujo uso não seja autorizado no país que as fabrica. Espero que todos nos unamos para aperfeiçoar a proposta e aprová-la no mais breve tempo, na defesa dos interesses vitais de nossa pátria.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Alexandre Costa — Humberto Lucena — Albano Franco — Lomanto Júnior — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Roberto Campos — Saldanha Derzi — Ivan Bonato — Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

\* Brasília, 10 de março de 1986

Of. nº 031/86

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que assumi a liderança do PDC — Partido Democrata Cristão, nesta Casa.

Sem outro objetivo, valho-me do ensejo para manifestar a V. Exª os meus protestos de alta consideração e distinto apreço. — **Mauro Borges**.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — A comunicação lida vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Está finda a hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

## REQUERIMENTO

Nº 19, de 1986

Nos termos do art. 198, alínea d do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria do item nº 1, seja submetida ao Plenário em último lugar.

Sala das Sessões, 13 de março de 1986. — **Roberto Campos**.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Sendo evidente a falta de *quorum* em Plenário, fica prejudicado o requerimento.

Igualmente, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída do Requerimento nº 3/86; Projetos de Lei do Senado nºs 172/82, 226/83, 127/85, 115/83, 81/85, 199/80, 160/82, 124/83, 154/84 e 206/85, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Volta-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estou encaminhando, hoje, à consideração do Senado, um requerimento de informações que estou dirigindo à SUDAM.

Trago ao conhecimento do Senado o teor de uma reportagem do Sr. Sergio Leo, publicada no *Jornal do Brasil* do dia 14 de janeiro passado.

Acredito, Sr. Presidente, que os erros cometidos não devem servir de pretexto para a extinção da aplicação de incentivos na Amazônia. Muito ao contrário. Devem ser apurados os fatos, punidos os culpados e corrigidos os erros para não se repetirem, para que os recursos lá aplicados sirvam realmente ao progresso da região e não a interesses particulares.

Transcrevo, para conhecimento da Casa, a reportagem mencionada:

#### "PESQUISA MOSTRA QUE 70% DOS PROJETOS DA SUDAM FALIRAM

Brasília — O Governo deixou de receber cerca de Cr\$ 5 trilhões em impostos nos últimos 11 anos, para que fossem aplicados como incentivos fiscais em projetos agropecuários e agroindustriais na Região Amazônica. No entanto, nenhum desses projetos trouxe os benefícios previstos; muitos foram criados em regiões de conflito de terras, aumentando a violência no campo; e quase 70% estão abandonados ou implantados precariamente, segundo avaliação de técnicos do Governo que investigam o setor.

Uma pesquisa concluída em outubro por técnicos governamentais em 92 áreas financiadas, na região que concentra maior número de projetos (Mato Grosso e Pará), constatou que mais da metade dessas empresas usavam mão-de-obra escrava; pedes sem salários, morando em instalações precárias e coagidos por jagunços a permanecerem no

local. Reproduzindo um quadro nacional, somente quatro dos projetos visitados pertencentes ao Grupo Bradesco estavam efetivamente implantados, embora fossem deficitários.

#### CASO DE POLÍCIA

Os técnicos do Governo, reunidos na Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais (COMIF), reúnem-se, provavelmente esta semana, para avaliar o relatório feito em dezembro sobre a aplicação desses incentivos na Amazônia. Terão então fortes argumentos para sua extinção. É o que, aliás, é proposto no relatório que não chegou a analisar os projetos industriais beneficiados com incentivos.

Entre 612 projetos agropecuários e agroindustriais financiados, menos de cem foram efetivamente implantados. O baixo nível tecnológico da maioria e o desinteresse de seus responsáveis fizeram com que, segundo os técnicos, a produção desses projetos representasse um quinto das previsões iniciais. Cerca de 50 áreas tiveram seu financiamento cancelado, porque em sua maior parte haviam sido abandonados pelos responsáveis, que preferiram embolsar o dinheiro recebido com os incentivos.

É caso para o Código Penal — espantou-se um técnico que teve acesso ao relatório da Comif sobre o uso dos incentivos fiscais na Amazônia. O prejuízo do Governo com os projetos cancelados — cerca de 50 — chega a quase Cr\$ 370 bilhões. Beneficiados com pouco menos de Cr\$ 380 bilhões, os empresários que tiveram seus projetos cancelados devolveram os recursos recebidos a preços históricos. A Receita Federal recebeu de volta menos de Cr\$ 10 bilhões, não corrigidos, apesar de inflação.

O desvio de recursos, porém, é muito maior; é, em uma avaliação preliminar dos projetos abandonados ou em situação precária, os técnicos da Comif fazem estimativas informais que variam de Cr\$ 1 trilhão e 500 milhões. Todos concordam em uma coisa: o dinheiro dos impostos foi desviado para beneficiar pequenos grupos. E eles não têm notícia de nenhuma punição a empresários que desviaram esses recursos, crime equivalente à sonegação fiscal.

Os beneficiados pelos incentivos fiscais podem ainda isentar-se por 10 do Imposto de Renda sobre a produção de seus projetos, a partir do momento em que eles começam a ser rentáveis. Essa isenção é solicitada através de "atos declaratórios", que serviram, para os técnicos, como outro exemplo da ineficiência dos incentivos fiscais: em toda a história desses incentivos, apenas 10 projetos solicitaram atos declaratórios, o que significa que apenas esses obtiveram algum lucro.

A própria Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), encarregada de fiscalizar e decidir a aplicação dos incentivos, admitiu em reunião com a Comif que pelo menos 30% dos projetos foram abandonados pelos seus responsáveis. E os técnicos registraram um movimentado comércio de projetos financiados: praticamente todos os projetos agropecuários e agroindustriais implantados ou em implantação já não pertencem aos mesmos grupos que obtiveram sua aprovação junto à SUDAM.

É um dos modos mais simples de fraudar o sistema de incentivos: alguns grupos, após receberem os recursos dos incentivos fiscais, conseguem obter certificados de realização junto à SUDAM, e os vendem, ganhando duas vezes: na aprovação dos projetos e em sua venda. Os compradores, por sua vez, introduzem modificações fictícias ou marginais nos projetos, habilitando-se, assim, a obter mais recursos junto à SUDAM, em alguns casos superiores aos concebidos na aprovação dos projetos originais.

Entre os membros da Comif há quem explique a convivência da SUDAM com esse sistema, como uma fórmula para evitar a perda total dos investimentos. Alguns, no entanto, desconfiam da orientação do órgão, cujos representantes confessam usar critérios mais políticos do que técnicos no exame dos projetos. Foram conhecidos casos em que a SU-

DAM demorou até 19 anos para notificar a Receita do cancelamento de projetos. Neste prazo, prescreveram as punições que poderiam ser aplicadas aos responsáveis.

Na amostra de 92 projetos verificada pela Comif, escolhidos por sua melhor localização e facilidade de acesso, foram apenas quatro os projetos de agropecuária em que o gado haviam alcançado o peso e a qualidade necessários para o corte. Quase 50 projetos foram aprovados em forma irregular, pois não tinham o indispensável cadastro no Banco do Brasil, ou Banco da Amazônia.

As irregularidades não são recentes: em 1976, ao realizar um levantamento por satélite, complementado por pesquisas de campo na região, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais constatou que dos 81 projetos registrados pela SUDAM na área, 16 simplesmente não existiam.

#### FUNDO DE CRÉDITO

Constatou-se que para alguns grupos a requisição de financiamento da SUDAM teve como principal objetivo a regularização de áreas em conflito.

Os técnicos ainda estão indecisos entre a extinção pura e simples do sistema de incentivos ou sua substituição, em parte, por um fundo de crédito, arrecadado de parcela do Imposto de Renda de pessoas jurídicas. A vantagem do fundo de crédito seria a exigência de desempenho dos projetos, que desestimularia, segundo argumentam, a maior parte dos especuladores que desviam para si os incentivos fiscais.

O Governador do Pará, Jader Barbalho, não se apóia à criação do fundo de crédito, mas, na sua opinião, o sistema de incentivos deve ser mantido, desde que se garanta o acesso do financiamento aos pequenos e médios proprietários. Barbalho diz que 90% dos recursos são destinados a grandes grupos, que investem em seus próprios projetos os chamados "projetos fechados". Ele quer que pelo menos 50% sejam obtidos junto aos investidores e aplicados em projetos definidos SUDAM.

O requerimento de informações que estou apresentando servirá, inclusive, para tomarmos conhecimento da realidade, do que vem ocorrendo na área da SUDAM, servindo de subsídio para qualquer proposição que se faça necessária.

Era só, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

**O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

É com real satisfação que assinalo que o 3º Congresso Nacional de Músicos Profissionais, conseguiu, plenamente, atingir os seus objetivos.

Chegou-se naquele Conclave a cinco conclusões básicas que são as seguintes:

— Eleições diretas para os Conselhos Regionais e Federal da Ordem dos Músicos do Brasil;

— Criação de percentual sobre o faturamento bruto das empresas de rádio e televisão, a título de direitos autorais e conexos;

— Salário profissional de 3 (três) salários mínimos;

— Cumprimento da instalação para proteção ao mercado do músico brasileiro desrespeitado pelas produções estrangeiras.

Ao assinalar, o fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço-o com o meu maior apreço a tão útil profissão, normalmente, muito pouco levada em consideração. Parabéns, portanto, aos Srs. Músicos Profissionais, pelo êxito do 3º Congresso, fazendo votos que a classe seja de fato e de direito levada a sério pelos órgãos competentes e pela própria sociedade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O falecimento do Monsenhor Juarez Prata, ocorrido na madrugada de 8 de fevereiro passado no Hospital Português, em Salvador, além da imensa tristeza do clero e de todos quantos admiravam as virtudes desse sacerdote exemplar, repercutiu, intensa e dolorosamente, em Sergipe, principalmente em Lagarto, sua cidade natal, cuja população traumatizada chorou o desaparecimento de um dos seus mais ilustres filhos que era, na realidade, um modelo de vida cristã, inteiramente devotado ao serviço da Igreja e do povo.

No decorrer de sua trajetória eclesial, Monsenhor Juarez Prata serviu à Arquidiocese de Salvador durante quase 30 anos, como secretário particular de três cardeais: Dom Augusto Álvares da Silva, Dom Eugênio Salles e Dom Avelar Brandão Vilela, com o qual completaria 15 anos de serviço.

Monsenhor Juarez Prata era de tal forma estimado e respeitado que, ao receber a infausta notícia de sua morte, a população de Lagarto cancelou, voluntariamente, todos os festejos carnavalescos programados e o Prefeito do Município, Arthur de Oliveira Reis, decretou luto oficial por 3 dias e promoveu a imediata transladação do seu corpo para Lagarto, onde foi sepultado no domingo, 9 de fevereiro.

Digno de relevo é o fato, de que muitos sacerdotes se deslocaram de Salvador para Lagarto, a fim de participarem das cerimônias fúnebres do sepultamento, do Monsenhor Juarez Prata, tendo à frente os Monsenhores José Gilberto Luna — representante do Cardeal Dom Avelar Brandão, que na missa concelebrada na Matriz de Lagarto proferiu a Oração fúnebre — e José Hamilton de Barros.

Ligado ao saudoso Monsenhor Juarez Prata pelos laços de uma velha estima e amizade, cumpro hoje, com profundo pesar, o dever de registrar nos Anais do Senado Federal o seu falecimento quanto, aos 68 anos, incompletos, de idade, ainda-se encontrava na plenitude de suas potencialidades vitais. Nesse sentido, solicito a incorporação ao texto desta sucinta comunicação, de dois artigos publicados pela A Tarde, de Salvador, em sua homenagem, respectivamente "O adeus ao Monsenhor Juarez Prata", de Consuelo Pondé de Sena, na edição de 20 de fevereiro de 1968, e "Adeus, amigo" de autoria de Junot Silveira, a 25 de fevereiro.

Associando-me à consternação e à saudade de todos quantos o admiravam, na Bahia e em Sergipe, envio as minhas condolências à sua veneranda mãe, ainda viva, dona Jó, aos seus irmãos e irmãs e ao clero sergipano e baiano.

Eram estas as considerações que desejava formular no momento em que, à semelhança da comunidade católica, todos lamentamos a perda irreparável de um dos mais notáveis e dignos filhos de Sergipe.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

A Tarde — Quinta-feira, 20 de fevereiro de 1986

#### O ADEUS AO MONSENHOR JUAREZ PRATA

Consuelo Pondé de Sena

Enquanto a Cidade do Salvador precocemente se entregava à folia carnavalesca, um sacerdote que muito serviu a esta terra e à sua gente recebia, na Capela das Dorotéias, sob intensa emoção comunitária, a pungente despedida dos seus inúmeros fiéis e amigos devotos.

E, por incluir-me entre os que participavam daquela derradeira homenagem, além de, como outros tantos ali presentes, ter sido favorecida por sua incomensurável bondade, arrego-me ao imperativo de expressar o sentimento de consternação reinante naquele triste momento.

Monsenhor Juarez Prata soube, efetivamente, fazer amigos e consolidar afetos.

Manso, afável, prestimoso, conciliador, humilde, leal e devotado, possuía ele a docilidade que emana da verdadeira benevolência. Adornava-lhe ainda o apreciável perfil humano, sobrecarregado de indulgência e com-



preensão, a virtude própria dos bons caracteres — a gratidão.

Efetivamente, não me foi dado até hoje desfrutar do convívio de alguém que o sobrepujasse na perene manifestação do mais profundo e sincero reconhecimento.

Sob esse ponto de vista, nele se configurava a antítese do conhecido aforismo de Benjamin Constant, segundo o qual "A gratidão tem memória curta".

Naquele reconhecido servo do Senhor, ao revés, a gratidão assumia a feição de dívida irredimível, de onde sempre procurar retribuir generosamente os favores a ele concedidos.

Por isso mesmo, a intensa amizade que sempre dedicou a meu pai, Edistio Pondé, não só se estendeu a seus familiares mais próximos, como igualmente se sobrepôs ao próprio desaparecimento do médico e amigo.

Não será demasiado acrescentar que, para nossa família, aquele afeto tão verdadeiro e profundo passou a integrar o inventário espiritual que nos foi legado pelo inesquecível chefe de família.

Com efeito, através dele, da nobre profissão que dignamente exerceu, do despreendimento incomum com que sempre atendeu aos pacientes, chegou certa vez à nossa casa, seminarista ainda, o moço de Lagarto. Daquela dia que de hoje tão longe dista, firmamos com o futuro sacerdote uma amizade sólida e indestrutível, ora convertida em gratidão imorredoura e sentida saudade.

Lamentavelmente, malgrado a sua permanente dedicação à nossa família, não poderei aqui arrolar as inúmeras atenções e os incontáveis préstimos de que lhe somos devedores. Dois dos seus gestos, entretanto, tocaram mais profundamente à minha sensibilidade filial. O primeiro deles, traduziu-se na assistência constante e confortadora dispensada a meu pai durante a fase terminal de sua cruel enfermidade. É de lembrar comovida a suave presença no momento do seu desenlace, bem assim à circunstância de ali ter chegado espontaneamente, movido pelo impulso da amizade e o profundo sentimento de piedade cristã, a fim de, em tempo ainda, ministrar-lhe o sacramento da extrema-unção.

O segundo gesto, que a todos nós sinceramente enternecia, traduzia-se na celebração anual da missa do dia 30 de abril — data do aniversário de morte de meu pai, que ele fazia questão de officiar, na Capela das Dorotéias.

Monsenhor Juarez Prata nasceu em Lagarto, estado de Sergipe, a 28 de outubro de 1919, sendo filho de Marcelino Prata e D. Georgina Prata que, na lucidez dos seus 94 anos, de longe acompanhou o sofrimento do estremo filho, aguardando desolada e corajosamente os seus despojos quando do derradeiro retorno à cidade natal.

Ordenou-se em Salvador, em 1956, tendo sido meu pai, seu médico, o paraninfo do significativo ato religioso. Por isso, comovida, rememorei esse acontecimento ao escutar o canto para hora da encomendação. Ser Sacerdote, entoado no final da missa de corpo presente de sábado, dia 8 de fevereiro.

Há muito não assistia à celebração tão comovente, seja pelo sentimento de que todos se encontravam possuídos, seja pelo emocionante ritual ali cumprido. Honraram-lhe a memória as mais elevadas dignidades eclesásticas do nosso meio, desde S. Eminência o Cardeal D. Avelar Brandão Vilela, os três bispos auxiliares de Arquidiocese de São Salvador, 40 sacerdotes, religiosas Dorotéias, freiras do Convento de São Raimundo, representantes de diversas agremiações católicas e o povo em geral.

Elevadas e enternecedoras foram as sentidas palavras proferidas pelo Arcebispo Primaz do Brasil, D. Avelar Brandão Vilela, celebrante da santa missa. Emocionadíssimo, exaltou as qualidades daquele que, durante 15 anos, foi seu eficiente e fiel secretário particular, traçando-lhe irretocável perfil humano e religioso.

Disse, então, do seu grande amor ao esplendor litúrgico, da incansável disponibilidade em ministrar os sacramentos da Igreja, do entusiasmo em sempre recordar o ritual primitivo do matrimônio, remissão que o obrigava a evocar os ensinamentos hauridos no seminário, para sempre entranhados no seu espírito de sacerdote.

Revelou, também, sua maneira humilde e reverente de acatar as ordens superiores, a firme determinação de entregar-se, de modo desprendido e dedicado, à causa da Igreja.

Lembrou o seu fervor religioso, sua veraz contrição, seu incomensurável amor à divina Eucaristia. Rememorou sua devoção ao S.S. Sacramento do altar, sua disponibilidade no acompanhamento das horas santas, fossem rezadas de dia ou à noite.

Falou do seu culto à Virgem Maria, sob todas as invocações, mas especialmente à sua veneração à N. S.ª Aparecida, Padroeira do Brasil.

Por todas essas circunstâncias, o passamento do Mons. Juarez Prata consternou a Bahia Católica, como foi dado a seu irmão, Sr. José Prata, pessoalmente testemunhar durante todo o tempo em que permaneceu ao lado do enfermo.

Na realidade, não era Mons. Juarez apenas apreciado pelos que seguem a Igreja de Roma, mas igualmente por outras pessoas de diferentes cultos.

É que, sendo condescendente, amável e indulgente, sempre estava disposto a dialogar com todos, ainda que divergissem de sua crença.

Por todas essas razões e outras tantas que não podem ser aqui mencionadas, foi extremamente amado por todos que dele se acercaram. Pelos mesmos motivos, mereceu a tocante despedida da sua Bahia, consubstanciada na verdadeira procissão que se formou ao longo da nave da capela em que esteve exposto à visitação pública, na comovedora celebração eucarística anteriormente referida, momentos esses que ratificaram o carinho e a solidariedade a ele tributados durante o breve período em que se revelou a sua enfermidade.

Tendo servido a tantos, a muitos propiciados os benefícios do seu generoso apostolado, viverá na evocação dos que o estimavam, em cujos corações permanecerá até o final dos tempos.

A Tarde — Domingo, 23 de fevereiro de 1986  
ADEUS, AMIGO

Junot Silveira

E o pior, o pior que eu temia tanto, acabou por acontecer. Aquele corpo magro, pálido, de descarnadas e longas mãos brancas pintalgadas de sarda, aquele rosto com perfil de São Luiz Gonzaga, enfim, aquele amigo de tantos anos deixou este mundo para sempre. No dia em que o visitei, lá estava ele no seu leito de enfermo, cercado de amigos. Sereno e imóvel, deitado sobre o lado direito, ao ver-me apenas levantou a mão esquerda levemente suavemente, como asa de pássaro ferido. E eu fiquei atônito, aturdido, sem saber se era uma bênção que me lançava na sua extrema fraternidade, ou um adeus, um derradeiro aceno de despedida.

O quadro me causou um impacto doloroso. Nunca pensei, na minha vida, que um dia haveria de vê-lo assim parado, com o estátua de cera sobre uma cama. Aquele que eu conhecera há muitos e muitos anos, na minha adolescência e na sua juventude, estava, agora, perturbadamente transfigurado. Ele que tanto andava a pé pelas ruas e praças, a fisionomia alegre, de uma imperturbável alegria na face, no riso e até nas gargalhadas entre amigos, quedara-se em um leito, sem forças, sem ânimo, sem mais perspectiva de cura.

Para mim era difícil acreditar que nele esta vida acabaria tão bruscamente. Nunca o vi queixar-se da sorte, dos espinhos da existência, de tormentos. Eu o considerava um forte, pois neste mundo todos sofrem as suas penas, caminham sobre pedra, ferem-se na estrada. E esmorecem ou reclamam. Eu nunca soube que ele reclamasse ou esmorecesse.

Filho de pais ricos na sergipana cidade do Lagarto, sua vocação era o sacerdócio. Uma vocação sincera e consciente, que o levou a enfrentar e vencer adversidades. Vocação que se efetivou e existiu, plena e profundamente, até a hora em que partiu para sempre. É porque se voltara inteiramente para a Igreja e os seus mistérios profundos, sempre humilde e companheiro de quantos conhecia, eu sempre lhe dizia que desejava vê-lo bispo. Tinha méritos para tanto. Ele, porém, sempre me respondia sem fingimento, sem falsa modéstia que seu desejo era ser vigário de uma cidadezinha do interior, de gente simples, que freqüenta a missa com autêntica devoção. E não sei por que sempre citava Itapicuru. Embora fôssemos amigos de longos tempos, eu não sei porque a sua preferência por aquela localidade baiana. Como era um

afetivo, nas suas viagens ao interior certamente ali fizera boas amizades e se sentia como estivesse na sua própria terra.

No seu Lagarto, querido. O Lagarto de Nossa Senhora da Piedade, que ele tanto venerava e a cujos festejos religiosos, no mês de setembro, jamais faltava. No Lagarto onde o conheci, sempre alegre e desprendido, risinho e atencioso, gostando de cantar e de rezar, inquieto, de passo leve e rápido ao percorrer as ruas, rindo e brincando com os amigos. Onde também conheci seus pais, o abastado comerciante José Marcelino Prata e a sempre estimada dona Jó. Onde conheci seus irmãos e irmãs que, juntamente com ele, fizeram-se afilhados de minha mãe por quem tinham uma grande estima.

Vendo-o no leito, prostrado, fiquei abalado. Escrevi a crônica — "Temendo o pior", publicada neste mesmo espaço, no domingo passado, e afastei-me de Salvador. Ao retornar de viagem, tomei notícia do seu falecimento. E me conscientizei de que no dia do meu aniversário, não mais receberei pontualmente, seu telefonema de parabéns e dizendo que durante a missa pediu pela minha saúde e a minha felicidade. Agora, sem a uma prece em cada 20 de setembro, ficarei com saudade do monsenhor Juarez Prata, todo santo dia!

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O Senador Jutahy Magalhães encaminhou à Mesa requerimento de informações:

Nos termos do inciso VI do art. 239 do Regimento Interno, o requerimento será examinado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1982 (nº 4.608/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 212, de 1982, da Comissão — de Educação e Cultura.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1986, de autoria dos Senadores Humberto Lucena e Carlos Chiarelli, respectivamente, Líderes do PMDB e PFL, requerendo nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1985 (nº 6.698/85, na casa de origem), que dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 172, de autoria do Senador Moacyr Duarte, que acrescenta letra ao item II do art. 275 do Código de Processo Civil, instituindo o rito sumariíssimo para as ações constitutivas de servidão legal de aqueduto, tendo

PARECER, sob nº 537, de 1985, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que concede anistia a dirigentes sindicais punidos com base na legislação trabalhista, tendo

PARECERES, sob nºs 513 e 514, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1985, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis nº 3.502, de 21 de dezembro de 1958 e nº 3.164, de 1º de junho de 1957, a outros casos, que especifica, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 432, de 1985, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, favorável, com Emenda que apresenta de nº 1-CCJ.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1983, de autoria do Senador Martins Filho, que restabelece direitos aos servidores militares que se encontrem e/ou passarem para a inatividade, tendo

PARECERES, sob nºs 540 a 542, de 1985, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, favorável, com Emenda que apresenta de nº 1-CCJ;

— **de Segurança Nacional**, contrário; e

— **de Finanças**, favorável ao projeto e contrário à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1985, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dá nova redação aos arts. 4º, item II, 5º e 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de atos e contratos de interesse da Administração Pública Federal direta e indireta e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 81, de 1986, da Comissão

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

PARECER ORAL, favorável, proferido em plenário, da Comissão

— **de Serviço Público Civil**.

8

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre privilégios assegurados às Empresas de Auditoria de Capital Nacional e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 248 a 250, de 1983, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta;

— **de Economia**, favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com voto vencido dos Senadores José Lins, Gabriel Hermes e Lenoir Vargas; e

— **de Relações Exteriores**, favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

9

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 1980, do Senador Henrique Santillo, que assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 144, de 1981, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Lázaro Barboza.

10

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1982, da Senadora Laélia de Alcântara, que restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto, tendo

PARECER, sob nº 849, de 1985, da Comissão

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

11

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1983, de autoria do Senador Gastão Müller, que faculta às empresas revendedoras de combustível ao público o pagamento à vista ou da parte por elas efetivamente comercializada, tendo

PARECER, sob nº 742, de 1985, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

12

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade, dando outras providências, tendo

PARECER, sob nº 463, de 1985, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

13

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1985, de autoria do Senador Jorge Kalume, que permite o uso dos créditos em fundos do Decreto-lei nº 157 para amortização de prestações do Sistema Financeiro de Habitação, tendo

PARECER, sob nº 881, de 1985, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)